

AS MÁSCARAS DO MEDO



O professor e palhaço que transforma as artes circenses em projetos sociais

Página 17

Finalista do prêmio Jabuti, “As máscaras do medo” é um livro escrito por Italo Tronca, professor de história na Unicamp, e aborda o preconceito que cerca vítimas de lepra e Aids. A arte acima é a mesma da capa do livro e poderia ilustrar outras matérias desta edição sobre várias formas de violência:

- Cresce o uso de drogas nas escolas – Página 2
- O padre que pegou em armas – Páginas 6 e 7
- Um seminário por uma cultura de paz – Página 9
- A luta das Avós da Praça de Maio – Páginas 10 e 11
- Polêmica sobre segurança pública – Caderno Temático

Uma pergunta aos cientistas sociais: o que estamos fazendo de nós mesmos?

Páginas 12 e 13

PESQUISA
PESQUISA

Nossa garotada e as drogas

Uso de psicoativos entre adolescentes de Campinas está acima da média

MARIA ALICE DA CRUZ

marialice@unicamp.br

Arte: Félix

O consumo de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes e jovens de Campinas supera a média do Brasil. O índice de experimentação é maior que os obtidos, por exemplo, em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, capital historicamente apontada como foco do narcotráfico no país. Os dados são de um estudo de doutorado feito em 1997 pelo médico sanitário Elson da Silva Lima, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), da Unicamp. O título é "Drogas na adolescência: um estudo sobre exposição e riscos associados". O médico entrevistou 1.328 estudantes, com idades entre 12 e 20 anos, em sete escolas públicas da cidade e em uma oitava de Jaguariúna, município vizinho.

Do total de entrevistados, apenas 13,6% negaram ter experimentado qualquer uma das substâncias relacionadas – álcool, tabaco e tranquilizantes entre as drogas comercializadas, e maconha, cocaína e inalantes entre as ilegais. Em meio àqueles que admitiram experimentação de substâncias lícitas, ao longo da vida, 85% assinalaram as bebidas alcoólicas, 47,8% o tabaco e 9,3% os tranquilizantes. Campinas perde apenas para Ribeirão Preto em consumo de bebidas nesta faixa etária (85,5% contra 88,9%) – a média nacional é de 75,6%.

A prevalência de consumo de drogas ilícitas foi de 21,6% ao longo da vida, e de 8,4% nos trinta dias anteriores à data da entrevista. A maconha é a mais consumida e também a droga de iniciação para grande parte dos pesquisados: o índice foi de 12,8%, quase o dobro da média brasileira (7,6%) e mais que o dobro do Rio de Janeiro (6,3%).

Elson Lima é cuidadoso na comparação deste trabalho com outras pesquisas realizadas no Brasil. Ressalta que é um estudo epidemiológico transversal e não reflete rigorosamente a incidência em toda a população jovem de Campinas, embora a parcela seja considerável. Seu objetivo foi o de oferecer subsídios para serviços de prevenção ao uso de drogas, ajudando na orientação de programas que venham a ser implantados na região. Na



Elson: "Jovens sabem onde estão entrando e a facilidade que existe"



Consumo de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus

	Campinas 1997	Ribeirão Preto 1990	Rio de Janeiro 1997	Cuiabá 1995	Brasil 1993*
Álcool	85,5	88,9	77,7	78,6	75,6
Tabaco	47,8	37,7	34,9	29,0	32,8
Tranquilizantes	9,3	10,5	7,1	6,0	7,0
Inalante/solventes	11,9	31,1	9,2	14,9	13,8
Maconha	12,8	6,2	6,3	3,8	7,6
Cocaína	5,5	2,7	1,9	1,8	2,0

* Média entre dez capitais pesquisadas. Uso ao longo da vida (experimentação). Dados do ano da pesquisa de campo.

opinião do sanitário, ainda falta no país uma ação coordenada em níveis federal estadual e municipal. E observa que aos programas atuais faltam continuidade e avaliação criteriosa.

Iniciação precoce – No bufê da sala, uísque; na geladeira, cervejas; sobre o criado-mudo, cigarros. Muitas vezes é assim que o adolescente é estimulado a experimentar substâncias psicoativas. Embora a pesquisa de Elson Lima não questione quais as facilidades no acesso a drogas, o médico alerta para a necessidade de uma reavaliação das rotinas desses jovens e mesmo das famílias. Ele afirma que a média de idade de experimentação mostra uma tendência a diminuir cada vez mais e que esses números precisam ser apresentados às

instituições envolvidas com a prevenção.

O levantamento aponta que 67,7% dos jovens têm fácil acesso a bebidas alcoólicas, 66,2% ao tabaco, 30% a maconha e 22,9% a cocaína. Alguns entrevistados do sexo masculino revelaram que ingeriram álcool ainda na infância, aos 10 anos de idade. No caso da maconha, a média de idade de iniciação registrada na amostra foi de 13 anos.

Lima observa que o primeiro ritual não é solitário, pois grande parte dos iniciantes atende ao apelo de amigos. Para ele, é raro o jovem ver-se forçado a provar psicoativos. "Os adolescentes sabem onde estão entrando e a facilidade que existe para isso". A decisão de experimentar drogas é muito menos difícil que outras tomadas por um jovem diante da vida.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor Hermanno Tavares. **Vice-reitor** Fernando Galembeck. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** Luís Carlos Guedes Pinto. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** Roberto Teixeira Mendes. **Pró-reitor de Pesquisa** Ivan Emílio Chambouleyron. **Pró-reitor de Pós-Graduação** José Cláudio Geromel. **Pró-reitor de Graduação** Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. **Correspondência e sugestões** Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP **Telefones** (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. **Fax** (0xx19) 3289-3848. **Homepage** <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** imprensa@obelix.unicamp.br. **Editores** Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. **Redatores** Adriana Miranda, Antônio Roberto Fava, Célia Piglione, Isabel Gardenal, Nadir Peinado, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Maria Alice da Cruz. **Fotografia** Antoninho Perri e Dário Crispim. **Edição de Arte** Oséas de Magalhães. **Diagramação** Dário Mendes Crispim e Hélio Costa Júnior. **Colaboradores nesta edição** Paulo César Nascimento, Maria do Carmo Pagani, Félix (ilustrações), Ari Ferreira e Nerivelton Araújo (fotos). **Serviços Técnicos** Clara Eli de Mello, Dulcinéia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão** R. Vieira Gráfica e Editora Ltda.: (19) 3229-9900 **Contatos publicitários** JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3239-0692.

OBRAS
OBRAS

FOP amplia instalações

Governo libera terreno de 21.608 m², onde funcionará Centro Clínico

ADRIANA MIRANDA
adriana@reitoria.unicamp.br

A Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), da Unicamp, acaba de concretizar um sonho alimentado há mais de oito anos, ao obter a autorização de uso de uma área de 21.608 m² para a expansão de suas instalações. No último dia de 6 de outubro foi publicado, no Diário Oficial do Estado (DOE), um decreto do governador Mário Covas liberando o uso do terreno localizado ao lado da Faculdade, na Av. Monsenhor Martinho Salgot, Bairro Areião. A área, que pertencera à Fazenda do Estado, vai abrigar o Centro Clínico Multidisciplinar.

O diretor da Faculdade, professor Antonio Wilson Sallum, informa que o novo Centro permitirá dobrar os atendimentos sociais, ampliando principalmente os procedimentos de alta complexidade. Hoje são realizadas aproximadamente 500 consultas ao dia. "Trabalhamos com o objetivo de atingir entre 800 e 1000 consultas diárias", afirmou Sallum.

A atual área física, de 64.000 m², não comporta o crescimento da FOP. A limitação de espaço, explica Sallum, foi o que levou a atual direção a elaborar projeto solicitando o uso do terreno da Fazenda do Estado. "A permissão possibilita planejar nossa atuação nos próximos 10 anos", acrescentou o diretor.

O Centro Clínico Multidisciplinar estará realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de atendimento à população carente de Piracicaba e região. "Crianças e idosos vão ser contemplados. O



Laboratório da FOP e o diretor da Faculdade, Antonio Wilson Sallum: população sem recursos vai ser atendida

Centro terá um enfoque para atendimentos de maior complexidade", aponta o professor. Atualmente a FOP não consegue atender a demanda de pessoas que buscam tratamento odontológico.

O novo Centro estará abrigando as clínicas de bebês, infantil, adultos e idosos. Serão montados também os seguintes centros: cirúrgico, diagnóstico de doenças infecto-contagiosas e lesões da cavidade oral (câncer). Os recursos humanos para a realização desse projeto têm origem na própria Faculdade, ou seja, os alunos de cursos de pós-

graduação e extensão.

A FOP atende a toda a população de Piracicaba e região, sendo que essa ampliação vem concretizar o projeto antigo de melhorar a sua capacidade de atendimento. A pedra fundamental deve ser lançada em pouco tempo. A proposta é realizar parcerias com a Prefeitura de Piracicaba, sociedade civil e governos estadual e federal. "Queremos envolver toda a sociedade e órgãos governamentais porque este é um projeto que tem um objetivo também voltado ao social", completa Sallum.

Faculdade tem grande número de trabalhos premiados

Dezesseis trabalhos da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) foram premiados na 17ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Odontológica (SBPqO), o que equivale a 27% dos 62 projetos contemplados no encontro. Não bastasse o alto percentual de prêmios, a FOP ainda ficou em primeiro lugar na categoria Fórum Científico com o trabalho **Avaliação in vitro do gel de clorexidina usado como irrigante endodôntico**.

Os autores do trabalho que levou o primeiro lugar são os professores Caio César Randi Ferraz, Brenda Paula Figueiredo de Almeida Gomes, Fabrício Batista Teixeira, Alexandre Augusto Zaiá e Francisco José de Souza Filho (confira os demais premiados abaixo). O encontro anual da SBPqO congregou os maiores especialistas e pesquisadores do País e aconteceu de 2 a 6 de setembro, na cidade de Águas de Lindóia.

Professores e alunos da pós-graduação da FOP apresentaram pesquisas no encontro que reuniu 130 faculdades. Ao todo foram apresentados 144 trabalhos, sendo 62 deles premiados. "O melhor da área de pesquisa converge para esse encontro. É um evento de primeira grandeza e que traduz como anda o nível da pesquisa no Brasil", ressalta o diretor da FOP, Antonio Wilson Sallum.

Para ele, as premiações refletem o grau de excelência da faculdade. "A Unicamp está se projetando na área odontológica de forma muito forte. Alcançamos um grau de excelência nacional e internacional bastante representativo", avalia o diretor.

A FOP também brilhou no encontro da International and American Association for Dental Research, realizado de 5 a 8 de setembro, em Washington (EUA). Dos 154 trabalhos apresentados pelo Brasil, 40 saíram da FOP.

FÓRUM CIENTÍFICO (1º LUGAR FOP/UNICAMP)

1 F-002 - Avaliação *in vitro* do gel de clorexidina usado como irrigante endodôntico.
Prof. Caio César Randi FERRAZ*; Profa. Brenda Paula Figueiredo de Almeida GOMES; Prof. Fabrício Batista TEIXEIRA; Prof. Alexandre Augusto ZAIÁ; Prof. Francisco José

GRUPOS

2 A-074 - Comparação de métodos de mensuração sobre os resultados dos testes "in vitro" de infiltração marginal.
Prof. Mário Alexandre Coelho Sinhoreti*; Prof. Simonides CONSANI; Denise Arliane de Amarante CAMARGO; Prof. Lourenço CORRER SOBRINHO.

3 A-152 - Avaliação, "in vivo", da retenção do biofilme sobre as superfícies oclusais.
Suzana PAIM (FO-UFBA)*; Adriana MODESTO (FO-UFRJ); Jaime Aparecido

CURY; Anders THYLSTRUP (Universidade de Copenhagen - Dinamarca).

4 A-151 - Efeito cariostático de materiais restauradores associados a dentífricos em dentina radicular.
Anderson Takeo HARA*; Cláudia Silami de MAGALHÃES; Antonio Luís RODRIGUES Jr; Profa. Mônica Campos SERRA.

5 A-144 - Efeito cariostático e relação dose-resposta de dentífricos fluoretados.
Eliane Melo FRANCO; Pedro Luís ROSALEN*; Jaime Aparecido CURY

6 A-206 - A alteração da posição natural da cabeça (PNC) em telerradiografias tomadas em norma lateral.
Paulo Eduardo NEGREIROS*; Profa. Vânia Célia Vieira de SIQUEIRA

7 A-230 - Influência do tipo de aleitamento na atividade mioelétrica peribucal.
Suzane Rodrigues JACINTO*; Profa. Maria Beatriz Duarte GAVIÃO.; Prof. Fausto BÉRZIN.

8 A-256 - Associação entre ângulos funcionais mastigatórios e lado de preferência mastigatória
Godofredo PIGNATARO NETO*; Prof. Krunislave Antonio NÓBILO (aposentado); Prof. Fausto BÉRZIN.

B-2

9 B-051 - Avaliação da microinfiltração marginal de compósitos segundo técnicas de inserção.
Flávio Henrique Baggio AGUIAR*; Prof. José Roberto LOVADINO

B-3

10 B-123 - Influência do processamento, polimento e sorção de água na desadaptação de próteses totais.
Profa. Célia Marisa RIZZATTI BARBOSA*

B-4

11 B-145 - Efeito de formulações de dentífricos com CaCO₃/MFP versus SiO₂/MFP na

inibição da desmineralização do esmalte-Estudo in situ.
Silvana Boldrini FRANCISCO*; Profa. Cinthia Pereira Machado TABCHOURY; Profa. Altair Antoninha DEL BEL CURY; SIMÕES, G.; Prof. Jaime Aparecido CURY.

12 B-155 - Avaliação de tratamentos não invasivos aplicados à superfícies oclusais.
Flávia Martão FLÓRIO*; Prof. Antonio Carlos PEREIRA; Juliana Cama RAMACCIATO; Prof. Marcelo de Castro MENECHIM

B-5

13 B-194 - Crescimento e identificação de microorganismos prevalentes em películas radiográficas.
Fábio Ricardo RONCHI*; Prof. Thales Rocha de MATTOS FILHO; Rogério Heládio Lopes MOTTA; Profa. Solange Maria de ALMEIDA; Prof. Frab Norberto BOSCOLO.

14 B-211 - Efeitos do álcool etílico sobre a amelogênese do 1º molar de ratos.
Luciana Barros SANT'ANNA*; Profa. Darcy de Oliveira TOSELLO.; Miguel Angel Castillo SALGADO.

15 A-151 - Efeito cariostático de materiais restauradores associados a dentífricos em dentina radicular.
Anderson Takeo HARA*; Claudia Silami de MAGALHÃES; Antonio Luís RODRIGUES Jr; Profa. Mônica Campos SERRA.

B-7

16 B-278 - Rugosidade superficial de resinas acrílicas frente aos polimentos químico e mecânico.
Juliana Saab RAHAL*; Prof. Marcelo Ferraz MESQUITA; Prof. Saide Sarkis DOMITTI; Prof. Mauro Antonio de Arruda NÓBILO; Prof.

Guilherme Elias Pessanha HENRIQUES

B-8

17 B-315 - Estudo de Hsp47 e Sec61B durante a biossíntese de colágeno tipo I em Fibromatose Gingival Hereditária.
Hercílio MARTELLI JÚNIOR; Luciano Resende FERREIRA; Prof. Edgard GRANER; Prof. Oslei Paes de ALMEIDA; Gláucia BOLZANI; Prof. Ricardo Della COLETTA.

B-9

18 B-364 - Investigação clínica e microbiológica dos canais radiculares infectados.
Profa. Brenda Paula Figueiredo de Almeida GOMES*; Éricka Tavares PINHEIRO; Cícero Romão GADÉ NETO; Ezilmara Leonor Rolim de SOUSA; Prof. Francisco José de SOUZA FILHO

Agentes da transformação

Aprovado projeto que vai mudar vida de moradores de região carente

ADRIANA MIRANDA

adriana@reitoria.unicamp.br

O Um projeto destinado a transformar radicalmente as condições de vida em uma das regiões mais carentes de Campinas foi aprovado recentemente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapes). O programa tem à frente o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (Ipes), organização não-governamental (ONG) composta basicamente por pesquisadores da Unicamp e de outras instituições paulistas (USP, Instituto Butantan, Unesp, Itai etc.). O Ipes firmou convênio recentemente com a Unicamp para atuar em cinco bairros da região do São Marcos: São Marcos, Santa Mônica, Campineiro, Recanto Fortuna e Campo dos Amarais.

O convênio assinado há poucos meses por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac) já teve como desdobramento o encontro "Comunidade Saudável", realizado nos dias 27 e 28 de outubro, no Centro de Convenções, reunindo especialistas e autoridades no assunto. O encontro visou exatamente a busca de parcerias para este trabalho no São Marcos, além da troca de experiências com cidades brasileiras como Pedreira e Caarapó (MS). Nesses dois municípios existem projetos que formam agentes comunitários, como propõem o Ipes e a Unicamp. "A formação de agentes em Caarapó mudou a saúde na cidade. Conseguimos combater doenças como a verminose e controlar o diabetes e a pressão alta. Hoje a população sabe a quem recorrer quando está doente", relatou o prefeito Guaracy Boschilia.

"A universidade está aberta para a sociedade e quer continuar participando efetivamente de iniciativas como esta na região do São Marcos", disse o pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Roberto Teixeira Mendes, durante o evento. Na ocasião, ele ressaltou também a importância do trabalho extra-muros como forma de levar saber e conhecimento à comunidade.

O convênio com o Ipes, segundo Teixeira Mendes, é uma clara demonstração da vontade política da Universidade para sua inserção cada vez maior na sociedade. De acordo com ele, o encontro superou as expectativas, principalmente pela participação de entidades que já atuam na região do São Marcos. São sete ONGs, filiadas à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (Feac), trabalhando no complexo, onde vivem mais de 30 mil pessoas, sendo 50% delas carentes. A Feac manifestou no encontro sua intenção de ser uma das parceiras do Ipes e da Unicamp.

Etapas do projeto – A primeira etapa do projeto prevê a formação de dez agentes comunitários, a serem escolhidos na região do São Marcos, e envolve verba inicial de R\$ 30 mil. Em uma segunda etapa, os recursos pode-



Região do São Marcos, uma das mais carentes de Campinas: formação de agentes em saúde, educação e cultura

irão chegar a R\$ 200 mil, como informou o presidente do Ipes e professor aposentado na Unicamp Humberto de Araújo Rangel. Na terceira é última etapa, os aportes seriam geridos pelas próprias entidades e comunidades. "A parceria com a Unicamp e a aprovação da Fapes são importantes para mostrar que o projeto é viável e sadio do ponto de vista científico", disse Rangel.

Para o curso de formação de agentes comunitários será usada a estrutura da Escola de Extensão (Extcamp) e dos próprios equipamentos existentes nos bairros. Serão criados núcleos de trabalho e pesquisa para atuar nas áreas de educação, saúde e cultura. O curso incluirá embasamento teórico e prático e um treinamento em serviço, orientado por membros dos núcleos de trabalho e pesquisa, a ser composto por docentes, pesquisadores e alunos.

Segundo o presidente do Ipes, a formação dos agentes levará seis meses. Eles receberão noções de ética nas relações humanas e de direitos humanos, uso de computadores para inclusão de informações em bancos de dados e de equipamento de vídeo para documentação e apresentação de programas educativos para a comunidade.

Uma vez formados, os agentes multiplicarão as ações nas áreas de saúde, educação e cultura. Caso mais parceiros encampem o projeto, Teixeira Mendes aponta que poderá ser ampliado o número de agentes. "Temos condições físicas para abrigar mais pessoas, mas faltam recursos financeiros", argumentou.

União de esforços, alias, é tudo o que Ipes e Unicamp desejam no projeto que vem se desenhando para a

região do Jardim São Marcos. Com o mesmo objetivo de transformar aquela área em uma Comunidade Saudável, já vêm atuando no local outras entidades, como o Grupo Primavera, o Centro Vedruna e o Espaço Esperança, esta última mantida pela Secretaria de Assistência Social de Campinas. Até uma ONG do Rio de Janeiro, o Comitê para Democratização da Informática (CDI), integra o grupo.

O Grupo Primavera vem realizando na área, há anos, um trabalho de educação voltado a meninas até a fase da adolescência. O Espaço Esperança atua em programas educativos com vários cursos. Há aproximadamente um ano foi iniciado um curso de informática, em parceria com o Ipes, que equipou uma sala com cinco computadores e indica voluntários para dar as aulas. Uma recente parceria envolvendo Centro Vedruna, Grupo Primavera e CDI vai permitir ampliar o número de micros para 30, o que exigirá um maior número de voluntários. "Precisamos de pessoas dispostas a dar aulas de informática", afirmou Rangel. Já o Centro Vedruna faz um trabalho assistencial no Jardim Santa Mônica, recebendo adolescentes de ambos os sexos, com ênfase para os esportes e o reforço escolar no sentido de evitar que as crianças fiquem nas ruas.

Otimizando recursos - A proposta do Ipes prevê mais do que simplesmente formar agentes comunitários e introduzir adolescentes e jovens no campo da informática. A entidade quer obter informações sobre a comunidade e otimizar recursos humanos e materiais. "Vamos levantar o perfil completo dos moradores e as características dos bairros", afirma Rangel. Entre as ações na área de saúde estão as de apoiar e acompanhar gestantes, dar atenção total a crianças desnutridas, mobilizar famílias para a vacinação, prevenir a desidratação e ensinar as mães a identificar doenças como a diarreia, infecção respiratória, uso correto de medicamentos e encaminhamento rápido, quando necessário, de doentes aos postos de saúde ou hospitais.

No âmbito da educação, o projeto estimulará a presença de todas as crianças nas escolas, a formação de creches comunitárias com a co-participação das mães, aprendizado profissionalizante, formação de grupos de leitura e discussão, além de debates coletivos sobre problemas de saúde, ensino e cultura. A produção de eventos voltados para a expressão de identidades culturais, hábitos de tolerância e de respeito às diferenças de valores, crenças e sentimentos e gostos, são as propostas na área de cultura.

ERRATA

A respeito da reportagem publicada na edição 156 do *Jornal da Unicamp*, Hilary Menezes, diretora associada da FEA, faz algumas retificações referentes ao texto "A FEA no primeiro S.O.S. Fome". Esclarece que o Projeto Social da FEA iniciou-se com um recrutamento de voluntários para um trabalho na Escola "31 de Março", no Jardim Santa Mônica, em parceria com o projeto Brasil 500 anos da Rede Globo. O grupo se formou em 1998, com alunos do 1º ao 4º anos, muitos dos quais não se envolveram com o primeiro trote social, do qual a Faculdade foi vencedora. Desta maneira, o trote foi apenas um início de trabalho voltado a uma preocupação social dentro da faculdade, e não o início efetivo deste grupo de trabalho.

Estavam incorretas algumas informações sobre o ISA, que não é coordenada por professores da FEA: embora dois deles sejam diretores da instituição, outros docentes ali atuam orientando trabalhos. Dois trabalhos envolvem os professores e também o Projeto Social: o "ISA Qualidade", que objetiva o aprimoramento da recepção e manipulação dos hortifrutícolas para melhorar sua qualidade; o "ISA Curso", dirigido a cozinheiras de entidades assistidas, transmitindo-se conceitos de nutrição e saúde, higiene e manipulação, e desperdício

e reaproveitamento. Os alunos não fazem a separação e a doação dos alimentos. O ISA possui estrutura própria, envolvendo vários funcionários, inclusive reeducandos.

Os alimentos recebidos provêm de doações dos permissionários da Ceasa, sendo que alguns – e não todos, como constou na reportagem – destes alimentos estão sem condições de comercialização. Os permissionários doam alimentos em muito boas condições. Além disso, o volume de doações citado está absolutamente negligenciado. É mil vezes maior: 5 mil toneladas anuais.

A diretora associada da FEA observa ainda que Estatuto do bom Samaritano não é de autoria da engenheira de alimentos Ana Luiza. Outro aspecto é que a apresentação de Ana é fruto do trabalho de um grupo de alunos e de um professor da Faculdade. Hilary informa que projeto no Parque Oziel envolve uma equipe multidisciplinar atuando em vários setores, e é coordenado pelo Hospital Boldrini e Preac-Unicamp. A FEA, através de alguns professores e alunos, participa deste projeto, colaborando no planejamento de uma cozinha semi-profissionalizante.

Para participar basta entrar em contato com o Ipes:
ipes@cosmo.com.br
www.unicamp.br/preac/ipes/index.html

ARTIGO

Função da Universidade

Sobre saúde, comunidade saudável e agentes comunitários

ROBERTO TEIXEIRA MENDES

preac@reitoria.unicamp.br

A evolução do conceito de saúde, decorrente de reflexões e vivências que pouco a pouco vão sendo apropriadas pelo conjunto da sociedade, engloba hoje questões referentes ao ambiente, ao grau de desenvolvimento sócio-cultural, à possibilidade de renda e trabalho, à redução da violência, à organização do trânsito, entre outros, superando o conceito originário de saúde que desencadeou as ações tradicionais da saúde pública. Essa "nova complexidade" é anunciada na Constituição da República, em seus artigos 196 e 198.

Artigo 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Artigo 198 - As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade.

As idéias de comunidade saudável, cidade saudável e outras que procuram aplicar o conceito ampliado de saúde a uma realidade concreta

(bairro, cidade, região) têm nas organizações de saúde internacionais (OPAS/OMS) seus principais animadores e divulgadores.

A tentativa de resgate pelas comunidades de parte da responsabilidade por conservar e promover sua própria saúde, juntamente com a busca de instrumentos de ação que permitam a elas assumir e exercer essas responsabilidades, decorre da noção de que não é a ação individual nem sobre o indivíduo que elevará o nível de saúde das pessoas, se tomarmos como quadro referencial o conceito de saúde ampliado.

O envolvimento da Universidade com novas práticas sociais e modelos de desenvolvimento sustentado, através de projetos de extensão que incorporem alunos e professores das diferentes áreas, torna-se crucial para que a vivência dos futuros profissionais e a reflexão dos docentes vá tecendo, em conjunto com a sociedade, novos referenciais na direção de uma organização de ações e estruturas de assistência e serviços públicos que superem com vantagem o contexto atual das políticas sociais, principalmente nos locais onde as condições de vida são dramáticas.

O envolvimento da Unicamp com o Ipes, visando a formação de Agentes Comunitários que não são "apenas agentes de saúde" tem esse objetivo. A experiência de Agentes Comunitários como mobilizadores de ações locais, que envolvem promoção da saúde, atividades culturais e educativas poderiam ser desencadeadas também na Unicamp, em suas unidades e órgãos, de modo a elevar a "consciência local" sobre saúde e modo de vida, consequentemente superando o modelo atual de convívio e de demanda de assistência à saúde no campus.

Aí se incluem todos os projetos de ações de promoção da saúde, como ginástica laboral, orientação alimentar e atividade física orientada, assim como atividades artísticas, grupos corais e grupos de música, entre outros.

Teixeira Mendes: o conceito de saúde ganhou nova complexidade



Nada disso é possível ser desenvolvido sem um apoio decidido de pessoas aficionadas aos assuntos, que sejam capazes de interpretar as necessidades e organizar as atividades que respondam a elas.

O Agente Comunitário é o elo de ligação entre o cotidiano das pessoas e as estruturas formais da administração, seja no bairro fazendo a ligação com os serviços locais, seja seu correspondente nos locais de trabalho, como em parte se movimentam os representantes na Cipa.

Roberto Teixeira Mendes é professor do Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp e pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

LANÇAMENTOS



CONHEÇA A
PAPELARIA DA LIVRARIA
DO CICLO BÁSICO DA
EDITORA DA UNICAMP



REFLEXÕES SOBRE A VIDA E A MORTE
Abordagem interdisciplinar do paciente terminal
Vera Lúcia Rezende (org.)

14 x 21 cm
128 páginas
R\$ 15,00

PELAS MARGENS
Outros caminhos da história e da literatura
Edgar Salvador de Decca e Ria Lemaire (orgs.)
Co-edição Edufrgs

14 x 21 cm
332 páginas
R\$ 19,90

DO FILME ETNOGRÁFICO À ANTROPOLOGIA FÍLMICA
Claudine de France (org.)
Tradução: Marcius Freire

18 x 18,5 cm
145 páginas
R\$ 12,00

AS MÁSCARAS DO MEDO LEpra e AIDS
Italo A. Tronca

18 x 18 cm
157 páginas
R\$ 16,00

DESCALÇO SOBRE A TERRA VERMELHA
Francisco Escribano
Tradução: Carlos Moura

14 x 21 cm
151 páginas
R\$ 13,00

GRUPOS TEATRAIS ANOS 70
Sílvia Fernandes

Ilustrado
21 x 28cm
268 páginas
R\$ 29,00

SENTIMENTO DO BRASIL
Caio Prado Júnior - Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira
Rubem Murilo Leão Rêgo

14 x 21cm
234 páginas
R\$ 19,90

PROMOÇÃO DE NATAL

No mês de dezembro,
30% de desconto
na compra dos
livros publicados pela
Editora da Unicamp,
exclusivamente nas

LIVRARIAS DA EDITORA DA UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL
(19) 3788-7030

CICLO BÁSICO
(19) 3788-7740

À venda nas melhores livrarias do País ou pelos telefones (19) 3788-1094/1096/1097 – www.editora.unicamp.br

GUERRILHA
GUERRILHA

O padre que trocou a batina pelas armas

Entrevista com Olivério Medina, representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

ADRIANA MIRANDA

adriana@reitoria.unicamp.br

O ex-padre Francisco Collazos utiliza o codinome Olivério Medina. Ele trocou a batina pela guerrilha e defende com paixão as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), pregando a luta armada como melhor forma de chegar ao poder e implantar um governo socialista em seu país. Residente no Brasil há dois anos, Medina, que cumpre o papel de ministro das Relações Exteriores das Farc, esteve na Unicamp no dia 27 de outubro, a convite do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx). Denunciou o Plano Colômbia, que classificou como "um plano de guerra do imperialismo americano para acabar com os povos latino-americanos". (Os Estados Unidos sustentam que o objetivo é combater o narcotráfico na Colômbia, acusando os guerrilheiros de associação com os narcotraficantes).

Antes de sua palestra no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), o ex-padre – ainda anônimo – porque não fora apresentado ao público – vendeu camisas, bottons e revistas sobre o movimento guerrilheiro. Tinha acabado de sair da prisão em Foz do Iguaçu, onde ficou por 26 dias (de 22 de setembro a 17 de outubro), acusado pela Polícia Federal de estar com o visto de permanência no Brasil irregular e usar identidade falsa, o que mais tarde ficou comprovado ser mentira.

Na Unicamp, Medina rebateu com veemência as duras críticas de um grupo de alunos colombianos (veja matéria na página 7) contrários às ações das Farc. Negou que a maior organização guerrilheira do país use a violência gratuitamente e que teria assassinado um grupo de camponeses utilizando serra elétrica, como anunciado pela mídia em todo o mundo. Confirmou, porém, que o grupo mantém mais de 500 pessoas prisioneiras e, numa autocrítica, admitiu que muitas vezes as ações não saem como o planejado.

Para o ex-padre, associar as Farc ao narcotráfico é uma estratégia dos Estados Unidos para difamar a organização. Defendeu os camponeses plantadores de folha de coca, afirmando que estes só estarão livres da miséria se implantada a reforma agrária. Embora defensor de um governo socialista, evitou crí-

ticas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, e, ao comentar sua prisão no Paraná, disse apenas que não fica "olhando para trás".

A seguir os principais trechos da entrevista concedida por Olivério Medina ao *Jornal da Unicamp*.

Jornal da Unicamp - Por que um padre da Igreja Católica foi parar na guerrilha?

Olivério Medina - A repressão imposta pelo governo e o estado colombianos faz com que as pessoas lutem por mudanças no país, porque não é possível viver assim. Os governos dos últimos 50 anos não toleram oposição de verdade, uma oposição que lute politicamente nas praças e nas ruas. Então, para estar vivo, você tem que estar na guerrilha. Estamos cansados de enterrar colombianos e colombianas. O governo assassinou nos anos passado e retrasado mais de 25 mil pessoas. Cerca de 80% dos assassinatos ocorreram por motivos políticos. O imperialismo é o responsável por isso. Queremos um país diferente, começando por um país sem violência oficial. Mas, paz com fome é paz? Paz com desemprego é paz? Estou na guerrilha porque, vivo, posso lutar pelo povo. Morto, não.

P - As Farc dominam hoje quanto do território da Colômbia?

R - Nós temos presença nacional. São 60 frentes, muitas colunas de combate. Temos guerrilha urbana e temos plano estratégico político-militar. Temos plataforma de governo. Temos mais de 500 prisioneiros de guerra. Somos reconhecidos de fato por muitos países. Somos uma força político-militar que aspira tomar o poder para criar o socialismo na Colômbia.

P - Caso as Farc tomem completamente o poder, quais serão as medidas implantadas?

R - Primeiro, a reforma agrária. Sem isso, o país não poderá viver; reforma agrária que contemple a distribuição da terra e acabe com o latifúndio; aproveitar a tecnologia para o campo. E, logo depois, levar educação para o povo em geral. Isso é fundamental. As universidades não precisam de portas.

P - A revista *Veja*, na edição de 4 de outubro, cita que o senhor fez rasgados elogios ao presidente Fernando Henrique Cardoso, em matéria intitulada "Caça à bruxa". Não é um contra-senso, já que o governo FHC é combatido pela esquerda brasileira?

R - É um exagero da revista falar em elogios. Mas devemos reconhecer que Fernando Henrique tem uma posição que, para nós, é muito importante, ao não apoiar o Plano Colômbia. Ou seja, não apoiar a política norte-americana de ingerência na Colômbia.

P - Só se combate o imperialismo americano por meio da luta armada?

R - Temos todas as formas de luta. O povo latino-americano precisa levar em conta que as fronteiras não são lugar de divisão, mas de união. Nós somos um pequeno gênero humano. Se juntamos forças na América Latina seremos invencíveis. Precisamos de mudanças profundas nos costumes políticos, no regime, na administração. Não mais corrupção, não mais miséria, não mais desemprego. Isso se faz como? Mudando o regime político e o modelo econômico.

P - O modelo do governo Fernando Henrique Cardoso é o ideal?

R - Esta resposta cabe a vocês, brasileiros.



Medina, um ex-padre na luta armada: na Colômbia, para estar vivo, você tem que estar na guerrilha



GUERRILHA
GUERRILHA

Alunos colombianos da Unicamp protestam mas não se identificam

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) não são unanimidade. Ao contrário, as ações do maior grupo guerrilheiro daquele país geram muita polêmica e manifestações inflamadas dos dois lados, como ocorreu na palestra do ministro das Relações Exteriores das Farc, Olivério Medina, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Durante as duas horas da palestra, ele foi questionado por um grupo de alunos colombianos que fazem pós-graduação na Unicamp.

Os estudantes chamaram a atenção para as acusações sofridas pelas Farc de violação de direitos humanos, suposto cultivo e comércio ilícito de cocaína e de aliciamento de crianças, adolescentes e jovens das escolas de áreas rurais e povoados indígenas para ingresso forçado na guerrilha.

A plateia recebeu cópia de uma matéria publicada na *Revista Cambio*, datada de 16 de outubro deste ano, sob o título "Massacre anunciado". Foi distribuída por um dos colombianos, que a exemplo dos demais pediu para não se identificar, temendo represálias dos guerrilheiros a parentes que residem naquele país. A publicação colombiana denuncia que, no dia 14 de setembro, a Frente Jacobo Arenas, das Farc, entrou no vilarejo de Ortega Llano, departamento de Cauca, exigindo dos pais que entregassem seus filhos para engrossar as fileiras da organização. Tendo como capital Bogotá, a Colômbia é dividida em 24 departamentos, 4 intendências e 5 comissariados.

Segundo a reportagem, a comunidade decidiu enfrentar a guerrilha

para salvar crianças e jovens e, diante do ato de desobediência, um grupo das Farc teria assassinado três pessoas, ameaçando retornar em breve. O retorno, informa a matéria, ocorreu em 7 de outubro, quando os guerrilheiros teriam chegado com um lista de nomes do povoado e fuzilado 11 indígenas diante de suas famílias. Na mesma ocasião, também teriam atado fogo em pelo menos 40 casas. A mesma revista informa que os militares se deslocaram para enfrentar os guerrilheiros, mas que nada mais havia a fazer quando chegaram.

"Estamos muito preocupados com as denúncias de violação dos direitos humanos feitas pela mídia", disse uma pós-graduanda em entrevista ao *Jornal da Unicamp*, acrescentando que não é possível se calar diante das acusações. Ela diz integrar um setor da população colombiana que crê na necessidade de transformação social e política em seu país. E reconhece a carência de informações equilibradas, não simplistas, sobre o conflito armado na mídia de seu país.

A *Revista Cambio* tem entre seus editores o Nobel de Literatura Gabriel García Marquez.

Olivério Medina rebateu as acusações dos alunos, afirmando que a imprensa colombiana está a serviço do governo e é proibida de noticiar as verdadeiras ações das Farc. Ele negou que os guerrilheiros maltratam presos e que estejam aliciando crianças e jovens das escolas com o objetivo de mantê-las na organização, chegando a citar que estes são atos de grupos paramilitares. Também refutou qualquer envolvimento da guerrilha com o narcotráfico.

P - No episódio envolvendo sua prisão, em setembro, é verdade que a Polícia Federal agiu arbitrariamente, como sustenta a Veja?

R - Não fico olhando para trás, só para a frente. Nós convertimos todos os nossos atos em um passo à frente. Acho que a decisão final foi muito interessante: o governo comprovou que eu não estava ilegalmente no Brasil, que continuo legal como sempre estive.

P - Por que o senhor está morando no Brasil?

R - Temos aqui uma comissão internacional. Fui designado pelo Estado Maior das Farc para representar a organização no Brasil.

P - É verdade que vocês têm intenção de montar uma embaixada no Brasil?

R - Estamos trabalhando com essa idéia e convidando todos os brasileiros a apoiarem nossa organização.

P - Qual é a relação das Farc com o narcotráfico?

R - A imprensa latino-americana, sobretudo a grande imprensa, fala que estamos ligados aos narcotraficantes. Os Estados Unidos conseguiram essa propaganda nefasta, mentirosa e ruim contra nós. Os revolucionários, por princípio, por ética, por moral, não têm nada a ver com plantação de coca, produção de pasta, refino, transporte, compra ou venda. Também não criamos narcotraficantes, nem damos segurança a eles. Não somos polícia, somos revolucionários. Esta política de difamação já não adianta. Os camponeses que plantam coca também não são narcotraficantes. De cada mil reais que o narcotráfico movimentam - desde o plantio da folha até o consumo - os camponeses ficam com cinco. Os 995 restantes ficam nos Estados Unidos, que movimentam meio trilhão de dólares por ano, fruto do narcotráfico. Os americanos fornecem 70% da acetona para a transformação da coca na Colômbia. Não é matando o faminato que se soluciona o problema da fome. Não é matando o camponês colombiano que vamos acabar com o narcotráfico. Eles plantam folha de coca para subsistir. Temos que fazer reforma agrária para que plantem milho, mandioca, café, cacau e cana. Precisamos dizer a eles que é milho o que precisamos comer.

P - Em um eventual governo das Farc, qual será o tratamento dado aos narcotraficantes?

R - O narcotráfico é um problema socioeconômico. Se você fizer reforma agrária os camponeses não precisarão, por exemplo, plantar folha de coca. Isso ficará apenas para os indígenas, que têm o produto como parte de sua cultura.

P - No Brasil discute-se muito a questão da Ama-

zônia. Como o senhor vê as propostas de controle das fronteiras da Amazônia?

R - O plano estratégico dos Estados Unidos é ficar com toda a Amazônia. A área tem muitas riquezas, que em nível mundial são estratégicas. Obviamente, o povo brasileiro não gosta disso. Com certeza, os estudantes, professores, intelectuais, partidos políticos e diversas organizações vão ficar de olho aberto para repudiar essa política de ingerência.

P - Como surgiu as Farc?

R - Somos um movimento político-militar que adota a forma mais elevada de luta popular, a luta armada. Ele nasceu em 1964, quando os camponeses de uma região chamada Marquetania foram agredidos militarmente. Os camponeses se armaram com espingardas e responderam em guerra de guerrilha. Eram 48 camponeses lutando contra 16 mil soldados que fizeram um cerco de aniquilamento. O segredo foi o apoio da população do campo, da cidade e de organismos internacionais que denunciariam o que ocorria naquele ano. Daí surgiu oficialmente a luta armada na Colômbia, pela tomada do poder.

P - Agentes do Departamento de Estado Americano, o DEA, já estão colocando em prática o Plano Colômbia. Já há agentes do DEA em seu país?

R - Existem bases militares norte-americanas lá. Também há tropas controlando as comunicações para ver se encontram a guerrilha.

Leia artigo sobre o Plano Colômbia na página 8



GUERRILHA
GUERRILHAEscalada da violência
na Colômbia

EDUARDO MEI

mei@obelix.unicamp.br

Finda a Guerra Fria e anunciado o fim da história por ideólogos da *pax americana*, pode causar espanto que o continente sul-americano se depare com um fenômeno como a luta armada. Afinal, o fracasso do chamado socialismo real não teria jogado no lixo da história quaisquer pretensões de tomada de poder pelas armas? Não estariam, então, os revolucionários definitivamente proscritos da Terra?

Ao que parece, não só a luta armada permanece ainda no horizonte dos degredados da "nova ordem mundial", como obtém êxitos surpreendentes a ponto de atormentar os seus próceres. É o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que já dominam grande parte do território colombiano. Tais êxitos são atribuídos pela grande imprensa e por autoridades estadunidenses aos estreitos vínculos das Farc com o narcotráfico. Este foi o motivo alegado pelos EUA para aprovar, há alguns meses, o Plano Colômbia, orçado em US\$ 7,5 bilhões em ajuda econômica e militar.

Todavia, uma dúvida paira no ar: seria mesmo o narcotráfico o real motivo para o empenho dos EUA no Plano Colômbia? Se a pergunta parece demasiado óbvia, lembremo-nos de que a guerra se faz, também, de propaganda, tanto mais num mundo onde a opinião pública é fundamental nos rumos da política. Dois procedimentos são particularmente rotineiros na guerra de informações: um deles é o que McCombs e Shaws descreveram e denominaram, em 1972, "agenda-setting", pelo qual os detentores dos meios de comunicação compõem a agenda selecionando e valorando os assuntos segundo seus próprios interesses; outro é o que Elisabeth Noëlle-Neumann denominou, em 1974, a "espiral do silêncio": "trata-se do expediente de persuadir o público de que determinadas opiniões são ridículas, ultrapassadas ou já completamente condenadas nos países mais adiantados."¹ Diante de tal quadro são inevitáveis as informações desencontradas, exigindo muita cautela de quem se propõe a analisar o conflito.

As origens da guerrilha – A guerrilha iniciada há quase 36 anos na Colômbia tem uma única fonte: a extrema concentração de renda e a miséria que assola o país apesar de um crescimento econômico contínuo de 40 anos.² Maurice Lamoine informa que "80% dos 13 milhões de pessoas abandonadas pelo Estado no campo vivem abaixo da linha de pobreza" e que "os 25% mais ricos da população detêm uma renda 30 vezes superior à renda dos 25% mais pobres".³

A já grave situação econômica do povo colombiano agravou-se ainda mais com a abertura econômica. M. Lamoine informa que desde 1974 a superfície cultivada em culturas lícitas diminuiu mais de 1 milhão de hectares. Auto-suficiente até 1990, a Colômbia importa atualmente 450.000 toneladas de arroz. Não bastasse isso a concentração de terras na mão dos latifundiários é revoltante: as propriedades de mais

de 500 hectares (0,2% dos proprietários) ocupavam, em 1997, 45% das terras cultiváveis.⁴ Esses fatores sócio-econômicos empurram milhares de camponeses para o cultivo de coca e papoula que se alastrou pelo sul da Colômbia depois do desmantelamento dos cartéis do Peru e Bolívia em 1994.⁵

Os interesses em jogo – À parte os fatores sócio-econômicos, a análise de um conflito político qualquer, e de conflitos armados em particular, deve levar em conta também os interesses políticos e econômicos envolvidos. Tais interesses não surgem de súbito e são, em geral, bastante conhecidos. Os interesses estadunidenses na região do Caribe remontam ao século passado, onde contabilizou desde então dezenas de intervenções militares. A Colômbia em particular sofreu a primeira intervenção em 1903, por ocasião da criação do canal e da República do Panamá.⁶ O canal bi-océânico representa um interesse econômico e estratégico fundamental para os EUA. Porém, há outros interesses em jogo. A região noroeste do continente sul-americano (Colômbia, Venezuela, Equador) é rica em recursos estratégicos, particularmente o petróleo, e via de acesso à riquíssima biodiversidade amazônica. Obviamente, os EUA querem manter, aqui como lá, governos dóceis e amistosos, que não representem ameaça aos seus interesses. Como a Venezuela de Hugo Chávez já representa um sério obstáculo aos interesses do império estadunidense na região, o avanço da guerrilha na Colômbia torna-se ainda mais ameaçador.

O Plano Colômbia – O Plano Colômbia mascara os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos no Caribe e na região amazônica, porém, o apoio da opinião pública estadunidense se deve à sua roupagem de "combate ao narcotráfico" e "ajuda humanitária". Trata-se apenas de impedir a ascensão ao poder de atores políticos adversos. Todavia, com o colapso da URSS nos anos 90, a justificativa do "perigo vermelho" já não convenceria a opinião pública. Por isso, é preciso criar um novo inimigo, perverso e hediondo: a narcoguerrilha.⁷ Isso explica o fato de autoridades estadunidenses omitirem o envolvimento dos grupos paramilitares de direita no narcotráfico e em violações dos direitos humanos.⁸ Como informa M. Lamoine, "contrariamente às Farc e ao ELN, os paramilitares colombianos não figuram na lista das organizações terroristas internacionais arroladas pelo governo dos Estados Unidos. M. Phil Chicola, chefe da Secretaria de Assuntos Andinos do Departamento de Estado, explica-o: «Segundo a lei, esses grupos devem cometer ações que ameacem os interesses nacionais dos Estados Unidos para poderem ser incluídos formalmente na lista».⁹

Do montante orçado de US\$ 7,5 bi, apenas US\$ 1,32 bilhão devem ser destinados à ajuda militar, mas ela é essencial aos interesses representados pelo governo dos EUA: aniquilar a guerrilha de esquerda na Colômbia e garantir a manutenção de seus interesses na região por um governo dócil. Não causa estranheza, portanto, que o Plano Colômbia explicita a necessidade de "insistir para que o governo colombiano complete as reformas urgentes destinadas a abrir completamente sua economia ao investimento e ao comér-

cio exterior, particularmente à indústria do petróleo ...".¹⁰

Combate ao Narcotráfico – Se os EUA estão realmente interessados em combater o narcotráfico, por que elegeram o território colombiano para fazê-lo? À parte os interesses que procurei apontar acima, não devemos nos esquecer de que é cômoda uma guerra em território alheio, na qual combate um povo estrangeiro. Mas além disso, é preciso notar que, como forma de combate ao narcotráfico, a ação militar contra as populações que produzem coca é totalmente ineficaz. A produção e consumo de coca já estavam incorporados aos hábitos das populações andinas muito antes que Colombo embarcasse rumo às Índias. O tráfico de drogas, contudo, é um fenômeno recente que envolve outros fatores. As "armas de uso exclusivamente militar" que sustentam o tráfico não são produzidas nas regiões em que se cultiva a coca. Porém, o empenho no controle da produção e no combate ao contrabando de armas parece não preocupar tanto o Departamento de Estado dos EUA. E, mais surpreendente, os dólares que possibilitam a produção, o tráfico e o consumo das drogas ilícitas nunca antes encontraram um ambiente tão propício para o livre fluxo. Com efeito, a desregulamentação econômica promovida pelo Consenso de Washington liberaram as fronteiras tanto para a especulação financeira quanto para o crime organizado internacional. Esse é o diagnóstico da juíza francesa Eva Joly, que recentemente lançou um livro sobre as dificuldades atuais de punir os crimes financeiros. Diz ela:

"No mundo das finanças, já que nada pode ser proibido, tudo é de agora em diante permitido. Os banqueiros comentam entre si privadamente: se os lucros da cocaína desaparecessem de um dia para o outro dos circuitos "off-shore" (composto pelos paraísos fiscais), o sistema financeiro inteiro seria perturbado".¹¹

Eduardo Mei é pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp



Eduardo Mei, do NEE: reais intenções dos EUA na Amazônia

¹ Fábio K. Comparato, A geração controlada da opinião pública. Folha de S. Paulo, terça, 9 de setembro de 1997. Para as informações precedentes técnicas de propaganda, valho-me do mesmo artigo.

² Segundo o próprio Plano Colômbia, em documento oficial da Embaixada dos EUA em Bogotá. O documento em espanhol pode ser obtido na internet no site do *Le Monde Diplomatique*. <http://www.monde-diplomatique.fr>

³ Maurice Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre". In *Le Monde Diplomatique*, disponível no mesmo site no seguinte endereço: <http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/ameriquelatine/plancolombie>

⁴ Maurice Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre". *op.cit.*

⁵ A explosão das culturas ilícitas na Colômbia foi detonada pelo desmantelamento dos cartéis da Bolívia e Peru.

⁶ O Panamá é rota de comércio marítimo desde o século XVII. Em 1879, uma empresa liderada por Ferdinand Lesseps (que acabara de construir o canal de Suez) ganhou uma concessão para construir o canal, empreendimento que fracassou dez anos depois. Em 1903, o senado colombiano derrubou o tratado para a construção do canal e os EUA intervieram estimulando uma rebelião separatista:

criou-se então a República do Panamá submissa aos interesses estadunidenses. Logo firmou-se o tratado Hay-Bunau-Varilla que concedeu aos EUA o controle perpétuo sobre o canal. Porém, em 1977, o ex-general e presidente nacionalista Omar Torrijos e Jimmy Carter assinaram um tratado pelo qual o controle do canal e suas instalações passariam ao controle panamenho em 31 de dezembro de 1999.

⁷ Segundo Maurice Lamoine, "O termo narcoguerrilha foi inventado pelo embaixador dos Estados Unidos em Bogotá, Lewis Tamb, o mesmo Tamb foi implicado, 2 ou 3 anos depois na Costa Rica, no narcotráfico destinado a financiar a contra-guerrilha." M. Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre", *op.cit.*

⁸ El Tiempo, Bogotá, 30/12/1999, *apud* M. Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre", *op.cit.*

⁹ El Tiempo, Bogotá, 1º/05/2000, *apud* M. Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre", *op.cit.*

¹⁰ Maurice Lamoine, "Plan Colombie: passport pour la guerre", *op.cit.*

¹¹ *Apud* Alcino Leite Neto, "A Justiça contra a delinquência financeira", *Itz*. Folha de São Paulo, 30/07/2000.

SEMINÁRIO
SEMINÁRIO

Uma nova ordem mundial

Participantes de encontro pela paz concluem que aproximação entre os povos é fundamental para o futuro da humanidade

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

Não é possível haver uma cultura de paz num cenário de injustiça social, de degradação do meio ambiente e de dominação econômica, científica e tecnológica. Essa foi a principal conclusão do *IV Seminário Internacional Ciência e Sociedade por uma Cultura de Paz*. De acordo com os conferencistas, o principal desafio da atual e das futuras gerações é criar uma nova ordem mundial, na qual valores como a igualdade, a fraternidade e a solidariedade possam promover a aproximação entre os povos. Uma proposta concreta surgiu durante os debates: transformar o tema do encontro em uma disciplina a ser incluída na grade curricular dos alunos de graduação da Unicamp. A sugestão foi imediatamente aceita pelo pró-reitor de Graduação, professor Angelo Luiz Cortelazzo. Segundo ele, o assunto será discutido na Comissão Central de Graduação (CCG) e seguirá posteriormente para a deliberação do Conselho Universitário (Consu). A expectativa é que a nova disciplina seja adotada a partir do segundo semestre de 2001.

A autoria da proposta foi do professor Mohamed Habib, coordenador de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp e organizador do evento. De acordo com ele, a iniciativa reafirma a função social da universidade, bem como o seu compromisso de formar profissionais que também sejam cidadãos. Habib lembra que as desigualdades entre os países centrais e periféricos são dramáticas. Dados apresentados pelo professor indicam que a cota energética consumida anualmente por um americano é cerca de 180 vezes maior que a de um nigeriano. Ainda conforme o professor, 75% dos recursos naturais disponíveis no planeta são consumidos por 25% da população mundial residente nas nações desenvolvidas.

"Será que esses países aceitam repartir esses recursos de maneira mais equilibrada?", questiona o organizador do seminário. A resposta parece ser clara. Ainda assim, Habib considera que as nações centrais precisam assumir urgentemente um compromisso com a comunidade internacional, no sentido de reduzir essas disparidades. "A distribuição não precisa ser igual, mas tem que oferecer condições mínimas para uma vida digna", defende, acrescentando que a medida deve vir acompanhada de projetos que assegurem o desenvolvimento sustentável.

Exemplos de injustiças também podem ser encontrados no Brasil. Aqui, 1% da população mais rica detém 53% da riqueza nacional. Para o professor de Direito Ambiental da Universidade Federal de São Carlos, Francelino Grandó, o dado reflete o modelo de apropriação dos recursos naturais adotado pelo País. Qual a saída para esse problema? Grandó responde: "A sociedade tem que se organizar e participar da gestão colegiada dos recursos naturais. Só a educação permite esse tipo de participação. Não é mais possível continuar legitimando a frase 'se queres paz, prepara-te para a guerra'. É hora de prepararmos a paz para a paz".

Conhecimento – A busca por uma cultura de paz pressupõe o combate a outros tipos de desigualdades, conforme avaliação dos participantes do seminário. Segundo Glaci Terezinha Zancan, presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o conhecimento também precisa ser partilhado. Cada vez mais, afirma, a ciência tem sido



Momento dos hinos dos países que compõem o Mercosul, durante a cerimônia de abertura: promovendo valores como igualdade, fraternidade e solidariedade

A mão que rouba o berço

O regime ditatorial da Argentina, instalado em 1976, espalhou o terror entre a população. Perseguições, torturas e assassinatos vitimaram milhares de cidadãos. Grupos comprometidos com a defesa dos direitos humanos estimam que pelo menos 30 mil pessoas desapareceram ao longo de oito anos. Mas a maior violência imposta ao povo argentino talvez tenha sido o roubo de crianças. Arrancados de suas famílias, cerca de 500 meninos e meninas foram provavelmente adotados pelos próprios algozes ou por famílias de países vizinhos. Descobrir o paradeiro deles tem sido a missão de um grupo de mulheres denominado Abuelas de Plaza de Mayo (Avós da Praça de Maio). "Além de restituir essas pessoas às suas famílias, nosso objetivo é oferecer uma con-

tribuição histórica para evitar que esse tipo de horror se repita", afirma a presidenta da entidade, a professora universitária Estela Carlotto.

O trabalho desenvolvido pela organização, fundada em outubro de 1977, foi tema de uma conferência* no *IV Seminário Internacional Ciência e Sociedade por uma Cultura de Paz*, promovido entre os dias 19 e 21 de novembro pela Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori) da Unicamp. A Abuelas de Plaza de Mayo tem em seus cadastros 240 denúncias de famílias que ainda procuram por seus filhos e netos.

*A íntegra da conferência de Estela Carlotto está nas páginas 10 e 11.

Uma aula sobre a história de Campinas



Antonio da Costa Santos (foto), prefeito eleito de Campinas pelo PT, foi o principal palestrante na cerimônia de abertura do *IV Seminário Internacional Ciência e Sociedade por uma Cultura de Paz*. Arquiteto, ele deu uma aula sobre a história da cidade, mostrando como equívocos urbanísticos cometidos no passado contribuíram para a degradação da cidade e a relação desses erros com os problemas sociais de hoje.

Como prefeito, Santos terá uma cadeira no Conselho Universitário da Unicamp a partir do próximo ano. Durante a campanha, ele prometeu promover uma forte participação da Universidade em sua administração, por meio de projetos em áreas críticas da cidade.

apropriada pela comunidade intelectual. Esse processo impede o acesso da sociedade à informação, o que compromete a compreensão e a tomada de decisão diante de assuntos importantes, como o caso da produção e venda de produtos transgênicos, para ficar num único exemplo.

"Temos uma imensa tarefa pela frente. Não podemos continuar discutindo ciência entre nós. A

sociedade precisa de informações para decidir o que é melhor para ela", diz Glaci Roberto Romano, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, destaca ainda a necessidade do desenvolvimento de um programa de educação de massa, nas áreas da ciência e da tecnologia. Segundo ele, "o segredo é a forma mais sutil de manipulação do poder".

SEMINÁRIO
SEMINÁRIO

Crianças desaparecidas por motivos políticos na República Argentina

Íntegra da conferência magna ministrada na Unicamp pela professora Estela Carlotto, presidenta da Associação Avós da Praça de Maio

■ Breve introdução

Em março de 1976 um golpe de estado das Forças Armadas desalojou o Governo Constitucional e uma política de terror e avassalamento dos Direitos Sociais e Individuais se instalou na República Argentina. Como doloroso saldo desta política caíram milhares de cidadãos assassinados, 30.000 desaparecidos de toda idade e condição social e todo um país com seus legítimos direitos violados e desrespeitados.

Entre os milhares de desaparecidos se encontram nossos filhos e nossos netos: pequenos de curta idade ou criaturas em processo de gestação, que vieram à luz nos campos de concentração criados pela Ditadura Militar. Para buscar essas crianças, localizá-las e restitui-las a suas famílias legítimas, e procurar Justiça para nossos filhos – seus pais –, nasceu em outubro de 1977 a Associação Avós da Praça de Maio.

Já no alvorecer de nossa luta advertimos que tanto no seqüestro de adultos como no de crianças existia um plano preconcebido. Com nossos filhos se seqüestrava o presente, e com nossos netos intentavam arrebatar-nos o futuro. Iniciamos profundos trabalhos de investigação acerca do paradeiro dos pequenos para resgatar esse porvir.

É evidente que o plano metódico para fazer desaparecer as crianças consistia em mimetizá-los entre a população, anular suas identidades, e na maioria dos casos registrá-los como filhos próprios. As crianças caíam nas mãos dos repressores que haviam seqüestrado e assassinado seus pais.

Nada nos deteve na busca dos filhos de nossos filhos. Tarefas detetivescas se alternavam com visitas diárias aos Juizados de Menores, orfanatos, bercários, conquanto investigávamos as adoções da época. Também recebíamos – e continuamos recebendo – as denúncias que o povo argentino nos fez chegar, como uma maneira de colaborar com o trabalho de localização dos pequenos. Este é o resultado de nosso trabalho de conscientização da comunidade.

■ A identidade

Toda pessoa nasce com uma carga biológica cultural e social transmitida através das gerações que a precederam, que configura suas características essenciais como pessoa. Isto faz com que um ser humano seja distinto do outro, tenha raízes que o enlaçam com seu grupo social de origem e apresente determinadas peculiaridades que, unidas ao posteriormente adquirido com sua

maturidade, fazem dele um ser completo e tendente ao equilíbrio.

Tudo o que foi exposto anteriormente configura a Identidade, o que faz alguém ter uma referência como ser pleno frente a outros que formam a sociedade. Não existe possibilidade humana de trocar, suplantando ou suprimir a identidade sem provocar danos gravíssimos no indivíduo, perturbações próprias de quem, ao não possuir raízes, história familiar ou social, nem nome que o identifique, deixa de ser quem é sem poder transformar-se em outro.

Na constante peregrinação das Avós por todo o mundo, tratávamos de saber se existia algum método específico para determinar a filiação de uma criança na ausência de seus pais. Muitos foram os centros científicos que consultamos, até que finalmente, nos Estados Unidos, o Dr. Fred Allen, do Blood Center de Nova York, e a Associação Americana para o Avanço da Ciência, de Washington, nos possibilitaram realizar esses estudos. Graças a eles encontrou-se um método que permite chegar a uma porcentagem de 99,9% de probabilidade mediante análises específicas de sangue. Deram valioso suporte a Dra. Mary Cleire King e o Dr. Cristian Orrego, da Universidade de Berkeley (EUA). O resultado desse estudo se chama "Índice de *Abuelidad*", em referência a nosso pedido.

O método consiste na investigação de grupo sanguíneo e RH, de histocompatibilidade (HLA, A, B, C, DR), de isoenzimas eritrocitárias e de proteínas plasmáticas. A ciência avança e nos últimos anos empregamos o método de Polimorfismo de ADN (Ácido Desoxirribonucleico), o que simplifica ainda mais o trabalho de identificação.

Este método denominado "Análise Datiloscópico Molecular" ou "Fingerprint", é de fato um sistema revolucionário no campo da filiação. Permite chegar a confirmações de vínculos biológicos, isto é: Identidade, inclusive contando com parentes distantes da pessoa cuja filiação se questiona.

No Hospital Durand, de Buenos Aires, existe um laboratório que vem realizando há algum tempo as análises hemogenéticas para a Instituição. É parte do Serviço de Imunologia que está equipado material e profissionalmente para realizar os exames anteriormente mencionados. A ajuda da comunidade científica internacional é fundamental para podermos oferecer esses estudos.

É função das Avós da Praça de Maio convocar os familiares maternos-paternos que buscam seus netos para que compareçam ao laboratório e deixem sua informação genética.

Esta grande e dolorosa luta, como também o apoio da ciência, deu como fruto a resolução de 70 casos.

■ Banco Nacional de Dados Genéticos

Elaboramos, em conjunto com vários organismos governamentais, um projeto de lei referente a um Banco Nacional de Dados Genéticos de familiares de crianças desaparecidas. Este projeto foi apresentado em caráter de prioridade ao Parlamento pelo presidente da República. Foi incentivado ativamente por nossa Instituição e convertido em Lei Nacional nº 23.511 em maio de 1987. Sua regulamentação foi sancionada em 1989.

Esta lei estabelece as condições práticas que possibilitam a identificação de nossos netos, mesmo que já não estejamos aqui. Como é impossível saber quando se dará

esta identificação, em alguns casos serão as crianças, já adultas, que encontrarão a verdadeira história sobre sua origem.

Este Banco terá como função o armazenamento e a conservação da mostra de sangue de cada um dos membros dos grupos familiares, a fim de possibilitar a realização dos estudos que se desenvolverão no futuro. Tendo em conta a expectativa de vida atual na Argentina, este Banco Nacional de Dados Genéticos deverá funcionar, pelo menos, até o ano 2.050.

■ Aspecto Jurídico

Reiteradamente a equipe jurídica da Instituição tem sustentado, em suas apresentações, que a subtração e a ocultação de menores nascidos em cativeiro e daqueles que desapareceram já nascidos, é parte de um plano sistemático que incluiu: os assassinatos, as torturas, as desaparecimentos forçados de adultos, o roubo e outros delitos executados por integrantes das forças de repressão, segurança, policiais, penitenciárias, etc., junto com as Forças Armadas.

Nos julgamentos levados a cabo por violações dos Direitos Humanos nas Juntas Militares, na Polícia da Província de Buenos Aires, etc., os juízes que intervieram (em geral pelas Câmaras Federais de Apelação) chegaram à conclusão de que a subtração de menores *não obedecia a um plano estratégico* das autoridades que haviam usurpado o poder em 24 de março de 1976.

Entendemos que esses juízes, nas causas que chegaram ao seu conhecimento, não receberam as provas suficientes que os levassem a acreditar que a subtração de nossas crianças não foi obra da casualidade ou de aspectos isolados de meros raptos de menores.

Numerosos testemunhos apresentados diante da Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas (Conadep) e em causas judiciais levam a acreditar que existiram centros clandestinos de detenção de mulheres grávidas desaparecidas que funcionaram como verdadeiras maternidades (Escola de Mecânica da Armada, por exemplo), para onde eram transferidas grávidas desaparecidas dos mais distintos pontos do país para dar à luz.

Concluimos então que a "verdade" formal contida nos expedientes judiciais difere substancialmente da "Verdade Histórica", aquela buscada pelas Avós da Praça de Maio em seus esforços para localizar e restituir essas crianças.

Apesar da vigência de governos constitucionais, as Avós continuam encontrando sérios problemas na tramitação dos juízos.

Há grandes resistências em muitos membros do Poder Judiciário que não entendem que nossos netos são *vítimas de numerosos delitos*, ainda que agora se encontrem vivendo com os apropriadores em uma "boa e ótima condição socioeconômica". Estas resistências não só retardam o ato da restituição, como em muitos casos o impedem em sua totalidade.

As medidas cautelares existentes resultam ineficazes. A proibição de saída do país, por exemplo, é totalmente inútil no caso dos fugitivos da justiça e vem dando origem ao fenômeno das segundas desapareções de crianças localizadas.

Contudo não se tem articulado novas medidas de procedimento e de peso que atendam a situações totalmente inéditas apresentadas pela restituição de crianças seqüestradas a suas legítimas famílias.

SEGURANÇA PÚBLICA

A polícia fora da lei

Ouvidor prega uma nova corporação e informa que policiais de SP mataram 7 mil civis em dez anos

PAULO CÉSAR NASCIMENTO
pcn@correionet.com.br

O combate à violência no Brasil passa obrigatoriamente pela mudança do atual modelo de polícia. A estrutura ruim das polícias é que proporciona espaço para a ineficiência do policial. Entre outras mudanças capazes de resolver o problema, é preciso haver a unificação das polícias Militar e Civil, a desmilitarização do policiamento preventivo e o fim da função judiciária exercida pela Polícia Civil.

Estas são as medidas defendidas pelo sociólogo e cientista político Benedito Domingos Mariano, ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo. À frente de um órgão que se tornou uma espécie de *ombudsman* da segurança pública no Estado, ele argumenta que a insistência na manutenção de estruturas e métodos operacionais que remontam ao período imperial explicam porque órgãos instituídos para garantir a segurança pública, como a Polícia Militar e a Polícia Civil, paradoxalmente mataram juntas, nos últimos dez anos, quase sete mil civis. Pelo menos a metade dessas mortes deveu-se ao uso inadequado da força policial, o que revela a face perversa de uma polícia que, além de ser incapaz de agir preventivamente no combate ao crime, contribui para aumentá-lo.

Convidado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp para uma conferência que marcou, em outubro, a criação no núcleo da área de estudos sobre segurança pública, o ouvidor lembra que, no Brasil, a polícia nasceu no período imperial como um aparato militar a serviço das oligarquias, encarregado mais do controle social de excluídos do que da segurança pública.

Porém, de acordo com ele, nem os avanços no período republicano na transição de uma corporação forjaram um novo modelo policial. Pelo contrário, o viés repressivo das forças policiais se acentuou nos períodos autoritários. É nessa cultura militar histórica que está a raiz das atuais mazelas das polícias Militar e Civil, aponta Mariano.

“Quando uma instituição militar vai para a guerra é para vencer o inimigo, não é para fazer policiamento preventivo e ostensivo. Como, historicamente, a polícia foi criada para fazer controle social, os inimigos do Estado e da própria polícia são os pobres. E são esses que morrem, porque a violência policial no Brasil recai sobre a parcela pobre da sociedade”, afirma o sociólogo, amparado por relatórios da Ouvidoria.

Os dados revelam que, na década de 90, a polícia de São Paulo matou 6.672 civis (95% por tiros disparados por policiais militares), a maioria negros pobres, com idade entre 18 e 25 anos, e sem antecedentes criminais (veja quadro na página 2). No mesmo período 946 policiais morreram em confrontos.

Mariano argumenta que a inadequada estrutura das polícias, baseada em regimentos disciplinares incompatíveis com as funções de natureza civil que hoje exercem, interfere na eficiência do policiamento preventivo, incentiva o uso da violência e desestimula os policiais vocacionados e idealistas que constituem, na opinião dele, a maioria dos efetivos. Ele observa ainda que, mal pago, o policial é obrigado a realizar serviços extras para complementação salarial, geralmente como segurança particular nas horas de folga. É quando, ironicamente, morre o maior parte deles: sete em cada dez policiais militares mortos.

A população também padece nas mãos da Polícia Civil. Por causa dos inquéritos policiais, a corporação ganhou um poder inquisitorial que coloca em xeque, na opinião do ouvidor, o princípio constitucional



da presunção da inocência. “A pessoa indiciada, mesmo que tenha sua inocência posteriormente comprovada, ficará com o nome registrado na polícia, sem contar que é nessa fase do inquérito que ocorrem muitos dos casos de tortura e corrupção denunciadas”, argumenta Benedito Mariano. “De cada dez denúncias que chegam à Ouvidoria sobre extorsão e corrupção, sete envolvem policiais civis”, informa.

De acordo com ele, o inquérito policial é um instrumento extremamente burocratizado e não dá a necessária contribuição para o combate ao crime. Cerca de 90% dos boletins de ocorrência instaurados nas delegacias não se transformam em inquérito policial no Brasil. E dos 10% aproveitados, só 25% viram denúncia formal do Ministério Público. Por isso, conta Mariano, o Fórum Nacional de Ouvidores Policiais propôs emenda constitucional para acabar com o caráter inquisitorial da Polícia Civil, que passaria a se dedicar exclusivamente à investigação do crime.

A face autoritária da Polícia Civil também se manifesta no péssimo atendimento prestado à população nas delegacias. A qualidade dos serviços nos distritos virou a segunda principal denúncia relacionada a esses policiais no Estado. “Isso nos levou a propor — e que acabou em iniciativa nesse sentido — que o atendimento fosse incumbência de assistentes sociais e não de delegado, investigador ou carcereiro”, afirma o ouvidor.

Política do óbvio

A ausência de órgãos de controle interno autônomos e rigorosos para fiscalizar as polícias é outro ingrediente histórico que colabora para a manutenção das arbitrariedades e da ineficiência policial no

país, observa o cientista político. “Em nenhum lugar do mundo a polícia é eficaz sem um órgão interno forte de corregedoria”, comenta. Segundo Mariano, o fortalecimento desses organismos conhecidos como “polícia das polícias” é essencial para que se coloque o dedo em algumas feridas ainda expostas nas corporações.

“Acho imoral e perverso que um agente policial do Estado seja empresário de segurança privada. Essa é uma situação vergonhosa, que não se apura com rigor. Porque um policial que tem uma empresa de segurança pensa no lucro de seu negócio e torce para que a situação da segurança pública fique cada vez pior”, ilustra.

Isso ocorre, conforme o ouvidor, por causa de brechas existentes no regulamento disciplinar da Polícia Militar e na lei orgânica da Polícia Civil, que permitem ao policial ser cotista — e não proprietário — de empresa privada. “Existem casos esdrúxulos em que os donos das empresas de segurança são a avó, a mãe, a prima ou o filho do policial, e este aparece apenas como cotista. Mas todo mundo sabe que ele é o verdadeiro dono.”

Mariano também considera fundamental, para a maior eficácia dos mecanismos de segurança pública, acabar com o que chama de “política do óbvio”, presente há décadas nas decisões dos governos estaduais para o setor. Um exemplo: exigir eficiência na investigação policial realizada pela Polícia Civil com viaturas e agentes caracterizados.

“O Fórum das Ouvidorias propôs que de 50% a 70% das viaturas fossem descaracterizadas”, informa. “A situação é tão óbvia que só posso atribuir esta insistência ao objetivo de se fazer propaganda de viaturas, o que não é possível se não estiverem identificadas.”

Ouvidoria atendeu 20 mil pessoas

Órgão reúne denúncias contra policiais por mortes, tortura e abuso de poder

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo tem como atribuições ouvir, encaminhar e acompanhar as denúncias, reclamações e representações da população referentes a atos arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos individuais ou coletivos praticados por autoridades e agentes policiais, civis e militares. Os casos de violação à integridade física (homicídio, tortura e abuso de autoridade) recebem tratamento prioritário.

Também acolhe sugestões da população e de servidores civis e militares sobre o funcionamento dos serviços policiais, bem como denúncias de atos irregulares praticados na execução desses serviços, inclusive por superiores hierárquicos. Mantém sigilo das denúncias, reclamações e sugestões que recebe, garantindo ainda o sigilo da fonte de informação, assegurando, quando solicitada, a proteção dos denunciadores.

Instalada nas dependências da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e sem qualquer ligação orgânica com a Polícia Civil e a Polícia Militar ouviu, em três anos de funcionamento, mais de 20 mil pessoas. Encaminhou ainda denúncias, queixas e reclamações. Este trabalho, de acordo com o ouvidor Benedito Mariano, permitiu que o órgão tivesse um amplo diagnóstico das irregularidades pontuais das Polícias, até porque, entre as pessoas que procuraram a Ouvidoria, incluem-se policiais que também encontraram ali um espaço institucional para encaminhar suas reclamações.

“A Ouvidoria da Polícia não tem a atribuição de apurar mas, através do acompanhamento, contribui para garantir agilidade e rigor nas apurações”, explica Mariano. “Também patrocina uma série de ações propositivas que visem, a curto e médio prazos, diminuir os atos irregulares e as deficiências estruturais que a Ouvidoria torna públicos.”

Criada pioneiramente no Brasil em 1995, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo inspirou a criação de órgãos semelhantes no Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará. O endereço da Ouvidoria na Internet é www.ouvidoria-policia.sp.gov.br (P.C.N.)

Violência policial contra civis

Ano	Mortos por policiais militares	Mortos por policiais civis	Total
1990	585	10	595
1991	1056	10	1066
1992	1421	07	1428
1993	377	18	395
1994	491	31	522
1995	592	43	635
1996	368	38	406
1997	405	31	436
1998	466	59	525
1999	577	87	664
Total geral	6.338	334	6.672

Quem é o ouvidor

Benedito Domingos Mariano é sociólogo e cientista político formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É secretário-geral do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh), com representação em 21 países do continente americano. Foi secretário-geral do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, de 1983 a 1996, e diretor do Conselho Estadual de

Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), de 1993 a 1997. Criou, em 1982, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), que congrega hoje 280 ONGs, e presidiu o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Osasco (SP), de 1980 a 1982. A imprensa de São Paulo anunciou que Mariano foi convidado pela prefeita eleita Marta Suplicy (PT) a implantar a Ouvidoria da Capital.



Foto: Ari Ferreira

Mariano: amplo diagnóstico das violações

A segurança pública como tema acadêmico

ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA

eliezer@unicamp.br

Em diversos ambientes universitários brasileiros o tema da segurança pública está ocupando um espaço impensável há poucos anos. Não se trata apenas da investigação sobre a política de segurança dos Estados ou da ausência desta política, em boa parte dos casos. Mas, sim, da disposição de se pesquisar a violência social e a atuação dos organismos policiais enquanto instrumentos de políticas de governo.

Pesquisas de grande relevo estão sendo empreendidas no Rio de Janeiro e em São Paulo. O Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) tem orientado suas atividades nas áreas “Estudos Estratégicos”, “Forças Armadas/sociedade/regimes políticos” e “Relações internacionais”. Agora ele busca oferecer nova resposta ao país em seu labor de pesquisa. Para tanto, está criando a área “segurança pública”, já que este tema é praticamente impositivo no plano da sociedade.

A conferência do Dr. Benedito Mariano, promovida pelo NEE no dia 18 de outubro, um pré-lançamento público desta área, teve também a participação do Tenente-coronel Galassi, comandante da Polícia Militar de Campinas. Ao contrário do que se poderia eventualmente esperar, foi de alto nível intelectual e de efetivo respeito mútuo o encontro entre o Ouvidor das Polícias e militante de direitos humanos e o oficial superior da PM. E o interesse do



Eliézer: buscando projetos em segurança

público foi também muito expressivo. Ficou então desenhado um diálogo entre atores sociais que será essencial às novas pesquisas, as quais deverão também envolver organizações sociais e comunitárias e outros setores do poder público: Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, etc.

O Núcleo de Estudos Estratégicos já está inscrevendo o tema da segurança pública em seus seminários, buscando gerar novas competências mediante projetos de pesquisa e orientação de pesquisadores. Uma atenção especial será consagrada à região de Campinas, cujos índices de violência são alarmantes.

A propósito, se existem bons exemplos de pesquisas sobre a organização e atuação das polícias civil e militar, o mesmo não ocorre com relação às empresas de segurança privada. Não faz mais de três décadas que este setor se implantou e seu desenvolvimento tem sido muito acentuado, a ponto de justificar não apenas um adequado aparato legal e o controle pelo poder público, mas também a realização de estudos no âmbito da universidade, a exemplo do que está ocorrendo em outros países.

Em suma, ao criar a área de “segurança pública” o Núcleo de Estudos Estratégicos está procurando cumprir adequadamente a sua missão social, que é a mesma da Universidade: produzir conhecimento e formar recursos humanos para a sociedade.

Eliézer Rizzo de Oliveira é professor adjunto do IFCH, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos e representante docente no Conselho Universitário

Comandante afirma que ouvidor é 'estrábico'

Para coronel, a acusação de que os mortos pela PM são civis é uma chacota com a corporação

ADRIANA MIRANDA
adriana@reitoria.unicamp.br

O coronel Elzio Lourenço Nagalli responde pelo maior comando de policiamento do interior de São Paulo, uma área que engloba 92 municípios, incluindo Campinas. Estão sob suas ordens 5,7 mil policiais. Com a firmeza que o cargo lhe permite, o comandante regional da Polícia Militar defende com veemência a corporação, nega que ela seja violenta e rebate os números sobre homicídios praticados por policiais, apresentados nas páginas 1 e 2 deste suplemento pelo ouvidor da Polícia do Estado, sociólogo Benedito Domingos Mariano. "Não concordo com nada que esse ouvidor coloca", afirma, chamando-o de "incompetente e estrábico".

Nagalli esteve na Unicamp no último dia 24, participando do Seminário de Educação Institucional, evento que reuniu 300 oficiais sob o seu comando no Centro de Convenções. Ao abrir o encontro, o coronel defendeu a necessidade de debater e pensar uma polícia mais eficiente, capaz e competente. afirmou que é preciso "quebrar o sistema arcaico e não-inteligente" que distancia a polícia de centros de saberes como a Unicamp. "Precisamos que a universidade entre em nossas vidas. Temos o que aprender e também o que ensinar a ela". Para o comandante, a violência é fruto da miséria e a educação seria um dos caminhos para garantir segurança à sociedade.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida por Nagalli ao **Jornal da Unicamp**:

Jornal da Unicamp – *Que tipo de parceria o comando da Polícia Militar regional pretende estabelecer com a Unicamp?*

Elzio Nagalli – A primeira vez em que a Polícia Militar entrou efetivamente na Universidade foi no ano passado, quando um grupo de 20 oficiais passou por um curso de bioética. Agora realizamos este Seminário de Educação Institucional, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Queremos fazer disso um hábito. A Unicamp é um centro de excelência educacional neste país, onde estão pessoas de inteligência e capacidade muito grande para nos auxiliar nos problemas. Devemos ter humildade para permitir que a Unicamp também adentre os quartéis. Queremos que professores doutores venham dar aulas no curso de soldados da Polícia Militar, passando uma informação mais técnica, mais balizada e aprimorando o nosso profissional que sairá às ruas daqui a um ano.

P – *Já existem projetos neste sentido?*

R – Sim. A professora Maria Cristina Von Zuben (*docente da Faculdade de Ciências Médicas e atualmente desenvolvendo trabalhos junto à Preac*) deverá coordenar a área de direitos humanos deste curso de soldados para que possamos dar uma nova visão a esses policiais, não só na área de recursos humanos, mas na área de ética. É a visão de uma doutora em ética. Foi ela quem ministrou o curso para o grupo de oficiais no ano passado, de forma que já temos uma parceria em andamento.

P – *Em conferência recente na Unicamp, o ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, o sociólogo Benedito Mariano, fez duras críticas à atuação das corporações, PM e Polícia Civil. Ele disse que o sistema é ineficiente, incapaz de agir preventivamente e no combate ao crime, e que nos últimos 10 anos matou quase sete mil civis. Como o senhor vê tais acusações?*

R – Não concordo com uma pessoa que deveria colocar. Acho engraçado que nada pessoa que deveria ser esclarecida, ter visão mais ampliada por ser sociólogo, não conheça nada sobre o que diz. Ele deveria ter noção que esses "civis" não são tão civis assim. São pessoas extremamente perigosas, organizadas, que enfrentam a polícia. Devemos ter o bom senso de entender que hoje o bandido não atira rosas na polícia. Ele vem muito bem equipado. Aliás, muito mais equipado do que muitos imaginam. Vide os artefatos que estão sendo usados, como granadas. Eu sempre falei que ele (*o ouvidor*) é estrábico. E continuo afirmando que é estrábico porque ele não possui uma visão perfeita daquilo que deve ser feito dentro da sociedade.

P – *E o que deve ser feito na sociedade?*

R – Temos que contar com uma polícia competente e enérgica. No mundo, o importante não é só a função do policial: é a força da lei. É a força da lei que dá ao policial condições para ser bom e ter uma atuação firme dentro da sociedade. É lógico que não compactuamos com uma polícia truculenta, mas dizer que morreram civis é uma chacota à minha corporação, simplesmente um desmerecer, uma visão extremamente incompetente de quem deveria ter mais competência para entender de segurança pública. Aliás, acredito que na parte de sociologia ele (*ouvidor*) demonstra muito pouca visão e, na parte de segurança pública, nenhuma.

P – *É possível desmilitarizar o policiamento preventivo, como prega o ouvidor?*

R – A Guarda Municipal é subordinada ao poder civil. A primeira coisa que um prefeito faz na Guarda é colocar uniforme, bota, bater continência, marchar, montar banda. Não entendo porque é preciso ser tão civil, quando as polícias competentes do mundo inteiro também têm o seu lado militar, o que em nada impede que sejam excelentes. A situação é colocada como se o poder militar atravancasse ou deixasse de ser positivo. Quando se oferece à área civil a oportunidade de se fazer alguma coisa não hierarquizada, ela hierarquiza. Isso demonstra a falta de conhecimento e de sensibilidade do ouvidor. Ou ele acha que estamos num país diferente? Estão querendo fazer uma polícia de primeiro mundo com uma estrutura de terceiro mundo. Ou damos estrutura para esta polícia ser de primeiro mundo ou nunca seremos felizes. Para termos condições de trabalho precisamos de competência, estudo, educação e de outros fatores que não dependem só da polícia. Por isso, acho que a sociologia poderia contribuir muito na formação do nosso povo, para que ele tenha o que comer, onde trabalhar, e não sofra com o desemprego, a recessão e uma série de problemas que desembocam na segurança pública.



Coronel Nagalli: a universidade também deve entrar nos quartéis

P – *A miséria é a causa da violência?*

R – Tudo na sociedade tem inter-relação. Se a família está desestruturada, se o pai não pode oferecer alimento para seu filho, se a sociedade não lhe dá casa e o Estado não garante os seus direitos, aí ele se submete ao crime organizado. O bandido sustenta a favela com a estrutura que ele possui, organiza aquele grupo com o dinheiro do narcotráfico. Isso é importante a gente analisar. Acho que a polícia é feita de cidadãos do povo. Se a polícia trabalha mal, se tem uma má atuação, é porque seus membros são fruto desta sociedade. Precisamos mudar a sociedade para que a polícia também cresça.

P – *Este seminário realizado na Unicamp é uma forma de contribuir para humanizar os policiais, de passar uma outra visão aos oficiais?*

R – Acho que a polícia nunca olhou a sociedade como se ela fosse diferente. Essa humanização nós temos e muito. Quando atendemos pelo 190, é na parte social. O seminário na verdade é uma forma de pensar, uma forma de reflexão para que a gente possa mudar a corporação e se adaptar à modernidade. Por isso, a nossa preocupação para que a doutora da Unicamp vá trabalhar na área de ética e de direitos humanos na corporação. Ela realmente precisa ter uma visão que nos ajude a dar base a esses soldados, para que eles possam construir uma consciência, não truculenta, mas enérgica e firme.

P – *O ouvidor prega mudanças no atual modelo das corporações e a unificação das polícias Civil e da Militar. O senhor defende isto?*

R – É claro que precisamos repensar a estrutura da polícia. Não nego que mudanças são necessárias. O mundo evoluiu, se modernizou e temos que nos adaptar. Quando propomos um seminário como este, de Educação Institucional, estamos visando exatamente mudanças, repensar o papel da polícia. Mas, antes de tratarmos de assuntos como a unificação, precisamos terceirizar alguns serviços. Não tem cabimento, por exemplo, eu formar uma policial para ser telefonista. Existe um monte de postos de gasolina na cidade e eu ainda tenho policiais abastecendo viaturas. O que precisamos é de mais policiais nas ruas e menos em funções burocráticas. A população quer a polícia na rua, não nos quartéis. Creio que só a partir dessas alterações, com vistas à terceirização, poderemos avançar em outros aspectos.



Ex-preses política dá curso de ética para policiais militares

Professora da FCM tenta desmistificar normas de conduta da corporação

ADRIANA MIRANDA

adriana@reitoria.unicamp.br

Professora da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, Maria Cristina Von Zuben de Arruda Camargo dá um curso sobre ética para policiais militares. São oficiais e soldados habituados a normas rígidas e diante dos quais ela tenta desmistificar padrões enraizados há décadas na corporação. "O Brasil não precisa de mais leis e códigos. Precisa de um olhar humanista e respeitoso frente às diferenças dos seres humanos", afirma.

Maria Cristina acredita que em breve teremos uma polícia melhor. Seria mera opinião de uma cidadã otimista, não fosse ela uma ex-preses política da ditadura militar. "Há um ano, jamais imaginaria que pudesse estar dando aula para policiais. Hoje, converso muito à vontade com eles e acredito realmente em mudanças", afirma. O que a faz acreditar na corporação, mesmo depois de sua triste experiência de militância, é a receptividade dos policiais ao seu trabalho. "Surpreendentemente para mim, muito poucas vezes a discussão sobre ética foi tão bem recebida. Antes de iniciar o curso para oficiais no ano passado, jornais noticiaram que eu havia sido presa política. Achei que ninguém iria estar lá, mas todos foram e prestaram muita atenção no que eu disse", orgulha-se.

Turma de 400 soldados

Maria Cristina foi apresentada ao comando da PM pelo deputado estadual Renato Simões (PT). "Ele estava preocupado com aspectos ligados à violência praticada por policiais e achou que a questão tinha de ser trabalhada com base na ética. Aceitei o desafio", diz. O relacionamento com o comando regional da PM em Campinas se estreitou a partir de um curso de bioética, ministrado no ano passado, para um grupo de 20 oficiais, com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Preac) da Unicamp. "A pró-reitoria está empenhada em auxiliar no trabalho da PM e vamos firmar agora uma parceria que visa a extensão das aulas para os soldados", adianta Maria Cristina. O curso de formação de soldados tem início previsto para janeiro de 2001. "Serão 400 alunos", adianta o comandante



Maria Cristina Von Zuben de Arruda Camargo fala aos policiais: olhar humanista

regional da PM, Elzio Lourenço Nagalli.

Se em um curso de medicina, que dura seis anos, os estudantes têm 30 horas de aula de bioética e mais sete ou oito horas de ética médica, os futuros soldados contarão com 64 horas em dois anos. "Aí se percebe que é um curso bem mais voltado para a ética, em comparação a muitos que são oferecidos nas universidades", explica a docente da FCM.

Ética anterior

Nos cursos e palestras que ministra aos policiais militares, Maria Cristina ensina que a disciplina de ética profissional trata dos aspectos referentes a normas e ao código. E ressalta que, se leis e normas resolvessem problemas, todos estaríamos livres deles. "Antes disso, é preciso existir a ética geral, a ética na relação humana. O ser humano vem antes do indivíduo profissional", adverte. Segundo a professora, um manual de instrução pouco resolve, pois nem sempre ele contém o que é justo ou moral. "Cada pessoa tem seus valores. O ser humano, em sua individualidade, é um agente moral. É impossível que todos cumpram

uma norma só", argumenta.

A denunciada violência da polícia, segundo Maria Cristina, vem cercada de questões éticas. Ela diz que engessar policiais dentro de padrões e normas impede que eles avaliem se estão agindo errado, em nome das regras. Na visão da professora, as diferenças trazem conflitos. "O ser humano busca a liberdade constantemente. Um homem preso, contido, não precisa ser mais agredido, porque já retiraram dele o que é mais importante, a liberdade. Precisamos respeitar as diferenças".

Esta atitude Maria Cristina defende que o policial mantenha frente ao prisioneiro. "O homem vai se rebelar sempre contra a prisão e a sociedade contra a repressão. A humanidade perderia muito se o homem abrisse mão de ser livre", pondera. Saber se relacionar com o desigual é um dos grandes desafios dos policiais. Por isso, a professora julga que a sociedade não pode prescindir da polícia. "Se não gostamos dela da forma como está hoje, precisamos trabalhar para mudar este quadro. Não podemos acabar com a instituição. Ela é necessária".

As graves mudanças na sociedade

MARIA DO CARMO PAGANI

carmopagani@aol.com

Toque de recolher imposto por chefes do crime em bairros da periferia, aumento na quantidade de assaltos e de outros tipos de delitos contra o patrimônio, mais e mais homicídios. Mudanças graves no perfil da sociedade brasileira e a descrença nas instituições podem estar fomentando o aumento da criminalidade urbana. Na opinião do cientista político Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, a persistência das desigualdades sociais e raciais, e a falta de acesso e confiança nas instituições de promoção do bem-estar social são alguns dos pontos que podem explicar a violência à qual está submetida hoje a população de várias regiões do país. Ele tem em mãos estudos e pesquisas sobre o assunto.

A sociedade brasileira passou nos últimos anos por mudanças abruptas. "Mas o sistema de Justiça continua respondendo como há 40 anos", ressalta. Por conta disso, Adorno defende que a modernização da Justiça é fundamental para contribuir na reversão dos níveis de criminalidade. Segurança pública, para ele, envolve também alterações significativas nos tribunais, no Ministério Público, no sistema penal. "É preciso julgar dentro da

lei", entende. Para o professor, outro mecanismo capaz de reduzir a violência urbana é o aperfeiçoamento da polícia, que não se traduz apenas no reaparelhamento logístico, como mais armas ou viaturas. "A polícia terá de ser mais eficiente e científica; preventiva e não-violenta", adverte.

Em outra ponta, Adorno entende que o quadro de criminalidade poderá adquirir contorno menos grave a partir da adoção de um consenso na sociedade de que as políticas de segurança pública terão de resistir às mudanças de governos. "Elas precisam ser duradouras e superar as trocas de comando partidário", defende. O Estado, na avaliação do pesquisador, "não tem conseguido chegar lá" para oferecer mais segurança à população. A escalada da criminalidade está diretamente ligada à questão dos direitos humanos. "Quando se propõe política de segurança pública é necessário que se estabeleça um *link* com os direitos humanos e vice-versa", assinala.

No entender de Adorno, a violência no país pode ser analisada a partir de quatro tipos de delito: o crime comum (roubos, furtos, estupros), os crimes conexos (disputas entre quadrilhas pelo monopólio do tráfico), graves violações dos direitos humanos (execuções, massacres, grupos de extermínio) e violência nas relações subjetivas (doméstica, conjugal, em escolas, entre vizinhos). Esta última parece ter crescido significativamente nos últimos anos.

E indica que a fragilidade das instituições leva a uma saturação e a um desfecho fatal. É preciso promover uma política de igualdade de oportunidades, de cidadania plena, de respeito aos direitos fundamentais, entre eles a integridade física.

Para o professor da USP, a criação da área de estudos em segurança pública pelo Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) da Unicamp é uma iniciativa importante no sentido de contribuir para a multiplicação de esforços, visando entender a violência urbana e combatê-la com políticas mais eficientes.



Adorno: pelo direito à integridade física

SEMINÁRIO
SEMINÁRIO



Estela Carlotto, presidenta da Abuelas de Plaza de Mayo, durante conferência na Unicamp: "A transgressão se fez lei"

Existem graves problemas nos juízos de filiação, que têm fórum Civil, quando é necessária uma prévia sentença penal. Nestes casos todo o processo sofre prorrogação de tempo e a consequência disto é que a criança passa a ter dificuldade para trabalhar sua verdadeira e única identidade.

Nossa Associação, além de levar adiante os numerosos juízos Cíveis e Penais, propicia reformas na legislação que tendam a modificar as situações antes descritas.

Nas causas judiciais se pôde reconhecer a diferença entre apropriação e adoção. A inclusão na Convenção Internacional pelos Direitos da Criança aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, dos artigos 7 e 8, conhecidos como "argentinos", e 11, do Direito à Identidade, foram uma solicitação da Instituição "Abuelas". Assim decretou-se a nulidade absoluta em uma adoção plena ocorrida em 1991, pela primeira vez no país em relação a uma menor. Uma querela criminal iniciada em 1996 determinou que existiu um plano sistemático para o roubo de bebês por motivos políticos. Por causa disso estão no cárcere os militares de máxima responsabilidade.

Creemos que o Direito e a Justiça não podem caminhar à margem de uma realidade tão dolorosa como é o tema das crianças desaparecidas e nascidas em cativeiro. É necessário que incorporem o problema de maneira tal que os benefícios das reformas alcancem as crianças vítimas destes delitos, e a comunidade infanto-juvenil em seu conjunto.

■Aspecto psicológico

Nossos psicólogos dizem que de todas as palavras que a criança ouve, existe uma que vai ter importância fundamental: *seu nome*.

Já ao nascer, o nome contribui de uma maneira decisiva para a estruturação das imagens do corpo. Seu nome é a primeira e última palavra relacionada com sua vida, para ele e com os outros. Nome que é desejo e lei. É história e lugar para o sujeito. Por isso a gravidade que representa privar do nome e substituí-lo por outro.

Manter algo clandestino, ocultando-o para que outros não saibam dele, é sinistro. E o sinistro é uma variedade

do terror que remonta ao antigo, ao familiar. Remete ao que se denomina "o segredo de família". A criança convive com algo que ignora, num presente inquietante. Os executores do sinistro, os que mantêm o segredo são, de certa forma, insensíveis aos efeitos do horrendo. Eles mesmos são o sinistro logrando para si a impunidade que pretendem.

É preciso entender que as consequências do seqüestro de crianças afetam a sociedade em seu conjunto. A sociedade que, particularmente no setor infantil, está sendo destruído o sistema de resguardo e proteção que o Estado tem o dever de oferecer para um desenvolvimento são e harmônico.

O desaparecimento de uma só criança por parte do Estado determina uma fratura nas estruturas de segurança que esses pequenos requerem.

■Outras conquistas

A criação da Conadi (Comissão Nacional pelo Direito à Identidade), que está submetida à Subsecretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, deu-se a pedido das Avós da Praça de Maio em 1992. São suas funções: zelar pelo cumprimento dos artigos 7, 8 e 11 da Convenção Internacional pelos Direitos da Criança; receber requerimentos e denúncias das Avós da Praça de Maio, assim como casos apresentados diretamente; procurar jovens espontaneamente, solicitando intervenção da Conadi ao suspeitar serem filhos de desaparecidos; investigar também os novos casos de desaparecidas grávidas que não foram denunciadas anteriormente.

A equipe de Saúde Mental foi criada no início dos anos 80 e tem oferecido atenção terapêutica aos menores restituídos e a suas famílias; em alguns casos de restituição em sede judicial, um representante da equipe foi incluído no dispositivo. Vem assessorando juizes intervenientes, assim como a assessores de menores e a Tribunais de Família.

Tem-se criado formas de intervenção diante de fatos inéditos, bem como aportes teóricos. Existem solicitações em diferentes situações onde a temática da identi-

dade está em jogo, não só em nível nacional como internacional.

Atualmente se está levando adiante a iniciativa de criar um Centro de Atenção de Direito à Identidade, Serviço de Saúde Mental, gratuito e aberto à comunidade, por convênio a ser firmado entre a Associação "Abuelas", a Faculdade de Sociologia da Universidade de Buenos Aires e a Subsecretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, com o objetivo de comprometer as instituições do Estado ativamente nesta temática. O Centro incluirá a atenção a situações onde o Direito à Identidade esteja em jogo, além de assistir aos prejudicados nesta questão pelo terrorismo de Estado. O Centro terá a área de docência, com um seminário de formação permanente, e a área de investigação, onde os cursantes e profissionais da carreira de sociologia e afins terão acesso à prática e a uma formação altamente qualificada em nossa temática.

Está se construindo um Projeto de Investigação "Reconstrução da Identidade dos desaparecidos. Arquivo biográfico das Avós da Praça de Maio" que vem sendo finalizado de acordo com convênio firmado entre nossa Instituição, o Instituto Gino Germani de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e a Faculdade de Ciências Sociais. Trata-se de reconstruir e preservar a história das famílias com membros desaparecidos e crianças apropriadas, através de entrevistas com familiares e, dentro do possível, com amigos dos desaparecidos.

Estamos recolhendo em diversas publicações as diferentes áreas desta experiência, assim como o produto dos Encontros Internacionais dos anos 1992 e 1997.

■A restituição

Na situação de apropriação as crianças foram *arrancadas* dos braços de seus pais, sem palavras e com violência real. Arrancadas de sua identidade e de sua história pessoal e familiar, foram submetidas a uma dupla situação traumática: a desaparecimento de seus pais e a própria desaparecimento, submergindo em um processo de ocultação e alienação. Nesse tipo de ato se ignorou toda lei, a transgressão se fez lei e a perversão a modalidade de vínculo.

Agora, nem o ato da restituição, nem o contexto em que se realiza, nem o processo de afiançamento repetem nenhuma das circunstâncias da situação traumática. Não há arrancamento nem silenciamento, já que, com palavras e a lei e o amor, a criança recupera uma relação genuína e continente que uma e outra vez vemos que se estabelece de imediato, com a força de um reencontro revelador, com a profundidade que outorga o reconhecimento e que lhe permite a vivência protegida de integrar e recompreender o que percebe e o que pensa, o que afeta e valoriza, abrindo-lhe o caminho para sentir-se e saber-se ela mesma e o acesso à sua própria verdade de sujeito. É uma situação nova, reparadora.

Ato psicologicamente marcante, com base na articulação de verdade e justiça. Seu significado mais pleno é deixar de ser desaparecido.

A restituição tem um caráter libertador da profunda vulnerabilidade do sinistro encrustado no psiquismo infantil, opera, justamente, o develamento do núcleo traumático, reduzindo sua eficácia latente ou sintomática e, simultaneamente, "o restabelecimento da ordem de legalidade familiar" que o situa na possibilidade de unificar significações de si mesmo de outro modo perdidas.

A restituição descobre a eficácia do reencontro com a origem, o convoca e o reintegra, mais além do momento, das separações ou das vicissitudes posteriores.

Assim, também, a restituição da última das crianças desaparecidas produzirá um efeito direto na comunidade infantil, em ordem com a recuperação de princípios e segurança que a sociedade e o Estado têm o indubitável dever de oferecer.

Cada criança adotada de boa fé durante os anos de terror saberá que sua origem e história pessoal não estão marcadas pela ação repressiva.

A partir da perspectiva ética direcionada para o futuro, do fortalecimento da convivência cidadã e da plena vigência dos Direitos Humanos e em particular da infância, a Restituição constitui a devolução da sociedade a si mesma como Defesa da Vida, Busca da Verdade e cumprimento da Justiça Plena.

REFLEXÃO
REFLEXÃOO que estamos fazendo
de nós mesmos?MARIA DO CARMO PAGANI
carmopagani@aol.com

A indagação que dá título a esta matéria foi o ponto de partida para a reflexão – com base nas idéias dos pensadores franceses pós-modernos Michel Foucault e Gilles Deleuze – dos problemas contemporâneos presentes no mundo globalizado. A questão traz implícita, ainda, a discussão sobre formas de resistência à nova ordem mundial imposta pelo capitalismo renovado que, tendo a mídia como forte aliada, aproveita em seu benefício até mesmo das formas de luta que se propõem a confrontá-lo. A necessidade de reflexão sobre a nova sociedade que está se formando, e que vem se anunciando desde os anos 70 – e ganhou impulso sobretudo após a falência dos sistemas socialistas de governo –, motivou a realização do *Colóquio Foucault-Deleuze – O que estamos fazendo de nós mesmos?*, que reuniu no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, de 22 a 24 de novembro, pesquisadores da obra dos dois filósofos que atuam em diversas áreas do conhecimento e 300 espectadores de várias regiões do país.

A proposta do colóquio foi, a partir das perspectivas de Foucault e Deleuze sobre sociedade disciplinar e sociedade de controle, pensar a realidade contemporânea de um mundo dominado pelo poder da mídia ampliado com a nova ordem imposta pelo capitalismo renovado, onde as pessoas são cada vez mais levadas ao consumo e onde as dificuldades de se impor ao capitalismo – que parece não ter oposição e se coloca de maneira autoritária como a única alternativa de sistema econômico e de vida – são inúmeras. Sem polarização ideológica tudo, incluindo as formas de luta, é aproveitado em seu próprio benefício pela nova ordem mundial. Foucault e Deleuze, explica Margareth Rago, do Departamento de História do IFCH e organizadora do encontro, se preocuparam em pensar a atualidade, as mudanças nas formas de viver e no modo de viver a política. São pensadores que buscam as possibilidades de constituição de novas formas de sociabilidade e de subjetividade em um presente que se marca pela passagem de uma sociedade disciplinar para a de controle.

Colóquio reúne pesquisadores de todo o país para pensar, à luz de Foucault e Deleuze, as mudanças nas formas de dominação na sociedade

Vigilância - As transformações experimentadas nas últimas décadas têm atingido as instituições, entre elas aquela de relevância extrema na formação de uma sociedade: a escola. Por conta disto, adverte Alfredo Veiga-Neto, educador e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é necessária a reflexão sobre o papel da escola nas mudanças que ocorrem no mundo. No Brasil, por exemplo, o modo disciplinador que preponderou especialmente durante o regime militar vem sendo substituído por um novo modelo que, aparentemente liberal, reforça o controle sobre as crianças. “Vivemos a época da abertura da vigilância onde as escolas, por exemplo, deixam de ocupar prédios murados e ao mesmo tempo se transformam em locais onde todos observam todos. E até que ponto é positivo deixar a condição de enclausurado e passar para a de acossado?”, questiona Veiga-Neto. Para exemplificar o conceito cita uma escola de Porto Alegre onde as salas são envidraçadas e todos podem observar os demais companheiros de outras salas e também ser observados por eles ininterruptamente.

Outro aspecto que merece reflexão, segundo o educador, é a alteração imposta pelo capitalismo renovado, capaz de transformar a escola de centro de irradiação de conhecimento para locais de formação técnica, onde o objetivo maior a ser atingido é uma boa colocação no



Margareth, a coordenadora: revitalizando idéias libertárias

competitivo mercado de trabalho. “Na dimensão da economia a ênfase deixa de ser a produção e passa a ser o serviço”, ressaltava Veiga-Neto. A nova ordem mundial, lembra o educador, estimula também a ida precoce de crianças à escola como forma de a mãe disponibilizar melhor seu tempo. “Assim, o confinamento é mais longo para se moldar o indivíduo”, destaca.

Por conta das transformações instauradas na sociedade de controle decorrente do novo capitalismo, surgem novas estratégias de vigilância fortes o suficiente para tornar o indivíduo incapaz de esboçar reações. Um exemplo, lembra Veiga-Neto, é o “Sorria, você está sendo filmado”. Neste aspecto, ressaltava o educador, a escola tem papel fundamental na proposta de alternativas. “Temos de refletir sobre a possibilidade de mudanças sem demonizar práticas, mas avaliando a utilidade do que elas produzem para o que é bom e para o que é ruim”, explica. A indagação para a qual os esforços devem ser voltados, entende Veiga-Neto, é: como operar a escola no sentido de ela poder fornecer espaços para novos acontecimentos?

Mesa do Colóquio Foucault e Deleuze: reunindo estudiosos de todo o Brasil



REFLEXÃO
REFLEXÃO

A vampirização do axé e a apropriação do capitalismo na cultura

Os tentáculos do capitalismo contemporâneo estão estendidos também sobre a arte e a cultura, no intuito de transformá-las cada vez mais em objetos de consumo. No Brasil, por exemplo, isso pode ser notado na apropriação pela indústria fonográfica do potencial do ritmo baiano – uma das importantes forças da subjetivação do povo da Bahia –, que se tornou “menina dos olhos” do novo capital pela facilidade de extrair dele um de seus mais rentáveis produtos.

Se por um lado esta estratégia tem aspectos positivos, como a ampliação de mercado e de circulação da criação musical baiana, gerando com isso maior oportunidade de trabalho, por outro ela é responsável por devolver ao mercado um ritmo clonado, destituído de solidariedade e com um conjunto limitado de trejeitos estereotipados. Um produto empobrecido, que forma a identidade *pret-a-porter* do estilo daquele povo. Uma carcaça de um corpo reduzido a clichês de sexualidade que perdeu o erotismo e a potência poética.

É desta forma que Suely Rolnik, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), analisa a influência do capitalismo contemporâneo na cultura, em especial naquela refletida pela produção musical. A vertente perversa do investimento, ressalta a professora, completa-se com o consumo da identidade *pret-a-porter* pelo próprio baiano de quem a seiva para a produção do clone foi extraída. “Ele passa a ser em muitos casos a imitação servil de seu próprio clone”, considera.

O *axé-music*, destaca Suely, nada mais é do que a vampirização do *axé* – palavra yorubá que designa a energia sagrada dos orixás, a potência vital de todos os seres e de todas as coisas, a força criadora – para se

transformar em um clone estéril de um estilo fabricado e comercializado. “A clonagem passa a ser o procedimento básico do capitalismo contemporâneo, cuja vida em sua potência de irradiação se constitui alvo de investimento privilegiado pela nova ordem. Assim, além dos horizontes visíveis, o capital descobre no invisível uma mina inexplorada para sua expansão”, diz.

Na avaliação de Suely, o novo capitalismo carrega ambigüidades. Por um lado, para atingir seu alvo – investir em novas formas de criação e de vida – lhe será necessário o investimento em pesquisas para criação cultural e científica, o que aumenta as chances de expansão da vida. Mas esse prolongamento, ressalta, não é a meta do modelo contemporâneo, interessado na fabricação e comercialização de clones dos produtos derivados desta criação.

Resistência - A nova ordem, acrescenta, convoca a criação das subjetivações similares para serem reproduzidas de forma separada de sua relação com a vida e, desse modo, destituídas de seu sentido cartográfico. “Não é só da vida biológica – cujas pesquisas genéticas alimentam a indústria biotecnológica – que o capital irá extrair fórmulas para clonar. Elas serão extraídas também da vida cultural e subjetiva”, acredita.

A resistência às regras impostas pelo capitalismo renovado, reflete a professora, tende a não mais se situar como oposição à realidade vigente. “Não estamos mais no tempo em que a realidade era diabolizada em favor de uma alternativa paralela”, considera. Na avaliação da professora, o alvo do capitalismo agora é o princípio que norteia o estilo da criação, já que ela se tornou principal matéria-prima do modo de produção atual.

O totalitarismo fotogênico

O poder da megaindústria da beleza, saúde e nutrição, aliado à força da publicidade fomenta novo tipo de comportamento na sociedade, onde o corpo passa a ser objeto de valorização total, e ao mesmo tempo decadente, num paradoxo curioso. Nesse mercado global as pessoas passaram a consumir, de forma crescente, terapias, remédios e cirurgias destinadas à reabilitação de seus corpos, não apenas para o trabalho, mas para o prazer. Na análise da situação atual com auxílio de trabalhos de Michel Foucault, sobre o “Biopoder”, e de Gilles Deleuze, sobre a sociedade de controle, são encontrados subsídios para a compreensão e politização radical das reflexões sobre a passagem da ordem político-jurídica para a técnico-científica ditada pelo capitalismo contemporâneo.

Com base nesta avaliação, a historiadora Denise Santana, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), acredita que uma das indagações importantes na discussão dos problemas contemporâneos é “O que estamos fazendo de nossos corpos?”. A nova ordem, entende Denise, criou movimentos sobre os quais se exige reflexão. “A nova ordem prega a liberação quase absoluta dos corpos em relação à fisiologia e às tradições. A ela interessa não apenas corpos sadios para a exploração da mão-de-obra, mas de sua carne, de seus genes, etc”, considera.

Para atingir esse objetivo, ressalta a historiadora, são necessários corpos não apenas liberados de princípios morais e religiosos e das fronteiras de gênero e espécie. Mais que isso, de corpos liberados de seu patrimônio genético e dos conhecimentos dos limites fisiológicos humanos. A nova ordem, acrescenta Denise, aposta na transformação de todas as práticas em busca de prazeres infinitos. Propõe que é preciso viver em meio a prazeres constantes. “Se no tempo de nossas avós nos arrependíamos dos prazeres furtivamente experimentados, hoje tende-se a se arrepender dos prazeres não vividos”, comenta.

Fronteiras - Em busca de prazeres infinitos a sociedade acaba por alimentar a megaindústria e, em outra ponta, a publicidade, que passa a anunciar cosméticos com função terapêutica e alimentos cosméticos. “Fico imaginando o iogurte anti-rugas, que nos deixa sem saber se devemos comê-lo ou passá-lo na pele”, brinca Denise. Esses produtos, ressalta, são capazes de apagar as fronteiras entre beleza, saúde e bem-estar, de modo a criar uma total aversão ao mal-estar, levando as pessoas a procurarem apenas lugares saudáveis para frequentar. Desta forma a nova ordem aspira não apenas a purificação biológica, mas passa a investir mais na eficácia do que na ética.

O fortalecimento do conceito de eficácia e do que ela classifica de totalitarismo fotogênico, facilita as ações da publicidade e provoca o esvaziamento da política e a sublimação da propaganda. “A política passa a ser percebida como lugar do roubo e da sujeira e a publicidade, por sua vez, como lugar de exercício da cidadania e da limpeza. “Não é por acaso que grandes empresas aparecem em seus anúncios intimamente comprometidas com os valores da cidadania, ecologia, promovendo reciclagem do lixo e prometendo cuidar de cada um de nós como os antigos políticos prometiam cuidar dos antigos cidadãos”, assinala. Enquanto a política é vista como lugar da mentira, a publicidade é o local da descoberta das verdades.

Atualmente é comum a utilização de temas sociais nas campanhas publicitárias. Grandes redes também decidiram militar pela conservação da natureza, como se os valores da cidadania, democracia e ecologia se tornassem consequência do ato de consumo e não do exercício da politização coletiva. As estratégias aplicadas pela nova ordem tornam a comunicação inquestionável. E para resistir a ela, defende Denise, é preciso retomar a ética.

A humanidade vem sendo sucateada

A sociedade contemporânea está sentindo os efeitos negativos de um modelo capitalista sustentado pela mídia – que produz “verdades” e estimula o não-pensar –, no qual o capital produtivo muitas vezes é preterido em benefício do especulativo, a megaindústria dita regras de comportamento, as manifestações artísticas e culturais são reduzidas a clones e o fundamentalismo religioso cresce em proporções assustadoras.

A realidade, entende Luiz Orlandi, do Centro de Estudos em Filosofia Moderna e Contemporânea do IFCH, força a uma nova indagação: “o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos?”. A humanidade, destaca Orlandi, vem sendo sucateada pela nova ordem mundial. “E esse sucateamento se constitui num dos paradoxos da sociedade contemporânea”, aponta.

Seguindo as idéias foucaultianas e deleuzianas – que propõem novas formas de viver o tempo e a possibilidade de pensar a partir da perspectiva da descontinuidade – um caminho para mudar esta realidade passa por uma guerra que cada um terá de travar em seu interior, previne Orlandi. “Uma luta em busca de uma vida levada com movimentos suaves e de coexistência entre os seres, de modo a ter um maior cuidado em relação ao que nos captura na sociedade

de controle e ao que há de negativo nela”, considera o professor.

O colóquio na Unicamp, cujo sucesso Orlandi atribui ao grande poder de iniciativa da historiadora Margareth Rago, do Departamento de História do IFCH, além de muito estimulante, mostrou que a temática corresponde a uma necessidade atual de criação de conceitos novos que ajudem “não só a pensar de maneira diferente, como a perceber e sentir distintamente as coisas”. Prova deste interesse, segundo o cientista, foi a presença de pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas e da filosofia, interessados na reflexão sobre a nova sociedade que vem se formando, pela sociedade de controle capaz de capturar os indivíduos e neutralizar a criatividade.

Margareth Rago, por sua vez, afirmou que a proposta de revitalizar as idéias libertárias de Foucault e Deleuze, a partir da discussão sobre a sociedade imposta pelo capitalismo contemporâneo, foi atingida. “O debate, de elevado nível, foi muito produtivo, permitindo a discussão das idéias dos dois pensadores, que buscam abrir novos caminhos para o pensamento e para a ação, libertando-nos de uma pesada tradição cultural fundada na exclusão do “outro” e, portanto, promotora das desigualdades e dos preconceitos sexistas e raciais”,



Orlandi, do IFCH: por um vida suave

comenta a historiadora.

Também a partir do pensamento de Foucault e Deleuze, o cientista político Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, focalizou o tema da dor e do sofrimento do sujeito moderno na busca da verdade sobre si. “O maior sofrimento do sujeito moderno é essa busca da verdade sobre si”, argumenta Adorno. À luz das problematizações dos dois pensadores franceses, a professora Salma Muchail analisou durante o colóquio o filme “Meninos não choram”.

Gestos e acessos

Para a maioria, basta dar um sinal e subir no ônibus; outros gostariam que o direito de ir e vir se desse de forma tão simples



Hilda Maria: pior barreira é a de atitude

ADRIANA MIRANDA
adriana@reitoria.unicamp.br

Ela andou de ônibus pela primeira vez aos 27 anos. Com a mesma idade atravessou sozinha uma rua movimentada de metrópole e sentiu-se como um hebreu no caminho aberto por Moisés em meio ao Mar Vermelho. Mas o que mais aborrece a psicóloga Hilda Maria Aloisi não são as experiências tardias, e sim o fato de não poder vivenciá-las no Brasil. Para ver respeitado seu direito de ir e vir teve de viajar à Califórnia, porque aqui a acessibilidade para portadores de deficiência física inexistente.

Hilda Maria é integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped) da Unicamp e fez seu relato durante o III Encontro sobre Comunicação e Mobilidade Aumentativa e Alternativa (ECMAA), ocorrido de 6 a 8 de novembro, no Centro de Convenções da Universidade, evento organizado pela Faculdade de Educação e Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (Feec). Como era de se esperar, não faltaram queixas contra o tratamento dado a portadores de deficiência, embutido de preconceitos por parte das “pessoas normais”.

Já se passaram 19 anos, mas Hilda não se esquece de sua passagem pelos Estados Unidos como usuária de serviços públicos. “Durante três meses fui cidadã, como todo mundo. Participei de tudo. Quando atravessava as ruas, os carros paravam. Antes de entrar no ônibus, o motorista perguntava se eu precisava de ajuda”. Gestos e acessos. Tão distantes de acontecer no Brasil.

Com base em suas experiências também em países europeus, a psicóloga Hilda, que se doutorou pela Unicamp, na FE/Leped, em 1999, afirmou que o princípio maior não é o da oportunidade, mas o do valor do ser humano. “Oportunidade, você ganha. Valor, você conquista”. E a conquista deste valor, segundo ela, só ocorre por meio da inclusão nas escolas. “São as crianças que vão transmitir isto para a sociedade. Se a criança é incluída, vamos chegar a uma inclusão social”.

Hilda afirma que, como usuária, enfrenta vários obstáculos físicos, mas a pior barreira é a de atitude. Por exemplo, quando vai a uma loja e precisa de crédito. “Olham como se eu não pudesse abrir um crediário. Mas não arredo pé. Levo na esportiva e exijo o meu direito. É uma questão de atitude”.

Obstáculos também estão no caminho da coordenadora de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e presidente do Conselho Municipal de Portadores de Deficiência, Elisabet Dias de Sá. Ela reclama da falta de políticas públicas que facilitem a vida dos portadores de deficiência visual. “Quem enxerga não tem dificuldade de se mover, mas as calçadas estão cheias de obstáculos como orelhões, carrinhos de cachorro-quente e automóveis”, acusa.



Elisabeth: calçadas estão cheias de obstáculos

Livro e prêmio – Hilda, Elisabet e Vinícius Garcia, presidente do Centro de Vida Independente (CVI) de Campinas – organização não-governamental – relataram suas experiências como usuários de serviços em uma das mesas-redondas do III ECMAA. Objetivos como agregar valor social ao conceito de deficiência, acessibilidade em ambientes educacionais e ao trabalho, tecnologia como suporte na reabilitação e aspectos legais da acessibilidade também foram discutidos.

Coordenadora do Leped e uma das organizadoras do evento, a professora Maria Teresa Mantoan ficou satisfeita. “Fizemos uma discussão amadurecida”. Na ocasião foi lançado o livro *Mobilidade, Comunicação e Educação: Desafios à acessibilidade*. O livro trata da acessibilidade por meio de capítulos escritos por pessoas de diferentes áreas, todas elas ligadas à garantia do acesso de todos aos bens, aos espaços físicos, informações, conhecimentos disponíveis na sociedade.

Informações sobre o livro e o prêmio:
(19) 3788-9290 ou quevedo@unicamp.br

Por uma escola aberta

Ensino inclusivo implica em acolher alunos que ‘não são como nós’, sem preconceitos



Maria Teresa: o direito de todos ao saber

MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN
tmantoan@unicamp.br

Todas as transformações que começam a despontar no mundo contemporâneo estão direta ou indiretamente relacionadas à *acessibilidade*, entendida como condição pela qual cada um de nós, independentemente de nossas habilidades e competências, pode interagir adequadamente com o meio em que vivemos.

Como então buscar uma maneira de tornar a acessibilidade uma conquista de todos e para todos? Seria uma pretensão de nossa parte solucionar esta questão, porém nos dispomos a enfrentá-la, na medida de nossas forças. A tarefa é desafiante, pois trata-se de um conceito que, pela extensão de seu significado, necessita de diferentes sistemas interpretativos e de novas explicações e artefatos que dêem conta da sua complexidade.

Na educação formal acessibilidade tem a ver com o acesso de todos ao conhecimento, ou seja, com o direito de todos ao saber, independentemente de suas possibilidades intelectuais, sócio-culturais.

Mas como garantir esse direito, sem considerar as diferenças?

Ninguém é justo e ético se não reconhece as diferenças entre as pessoas e fazem delas o nosso direito de ser gente – livre, feliz.

A diferença é, portanto, o que existe. E porque ela existe é que inventamos a igualdade.

A educação cumprirá seu papel na *garantia do direito de todos ao saber*, se reconhecer que a diferença está em cada um de nós, no corpo de cada um e que não se presta para formar classes de pessoas que juntamos arbitrariamente pela igualdade, ou melhor, que inventamos para continuarmos a nos envaidecer da nossa normalidade, de nossas técnicas e conhecimentos especializados.

Quando classificamos ou excluimos os alunos que “*não são como nós*” e os enquadrados em modalidades de ensino especial, estamos nos servindo desses aparatos do saber, para enquadrar pessoas, definindo de fora as suas necessidades educativas, e as soluções para atendê-las.

Não sabemos de antemão como e quanto alguém será capaz de aprender e

por que meios alguém chega a ser um pensador, um artista, um profissional, um artesão, um trabalhador, enfim. Nem a partir de que encontros com o outro e com a vida, com um texto, uma palavra, uma imagem alguém se põe a pensar, a distinguir, a definir um caminho para a sua existência.

O acesso de todos à educação implica em *escolas inclusivas*, em que todos os alunos são bem-vindos.

Abrir as escolas a todos, indistintamente, acolher as diferenças, sem preconceitos e barreiras, envolve mudanças de base no ensino que hoje é ministrado, na maioria de nossas escolas públicas e particulares.

As reformas educacionais propostas pelas *escolas para todos* desafiam a nossa capacidade de ensinar, tal como aprendemos na nossa formação inicial e na continuidade de nossos estudos pedagógicos, pois a proposta de se ensinar todos os alunos, sem quaisquer discriminações, revolve a estrutura e o funcionamento das escolas e questiona suas práticas conservadoras, da formação do professor ao currículo, à avaliação do progresso dos alunos.

O mistério do aprender valoriza a profissão de ensinar, pois nos faz humildes com relação ao que não sabemos do Novo, que é o aluno que nos chega em cada turma: o menino inteligente, a criança com deficiência, com dificuldades de toda ordem, o menino de rua, o aluno do Supletivo, o candidato a um curso superior, à pós-graduação... Por outro lado, são os alunos que nos fazem profissionais apaixonados, inquietos, que precisam decifrar esses misteriosos seres, que nos provocam o encontro com o desconhecido, que nos colocam em perigo, que nos mostram os nossos limites, mas que nos fazem ir além de nós mesmos.

Cumprir o direito de todo o aluno ser incluído em uma turma escolar tem a ver, portanto, com o que entendemos por acessibilidade na sua concepção mais abrangente, quando reconhecemos e valorizamos as diferenças, sem paternalismo e considerando o outro, como nosso complemento, como parte constituinte da nossa identidade.

Maria Teresa Eglér Mantoan é professora da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade (Leped)

SAÚDE
SAÚDE

Feridas não abertas

Um debate sobre tratamentos, como manter a lesão umedecida

ANTONIO ROBERTO FAVA

java@obelix.unicamp.br

“Se se considera que o objetivo da Medicina consiste em aliviar a dor, surge a pergunta: para quê aliviá-la?” (Narrador do conto *Enfermaria n° 6*, de Tchekov)

Médicos e profissionais da área da saúde vinculados a instituições brasileiras de ensino e pesquisa participaram, entre os dias 16 e 17 de novembro, no Centro de Convenções da Unicamp, do I Encontro Nacional de Tratamento de Feridas “Cuidado Integral e Personalizado”, promovido pelo Grupo de Estudos de Feridas (Gefe) da Unicamp. Entre outros temas, os especialistas discutiram a adoção de tratamentos que promovam bem-estar e conforto aos pacientes. Um dos fatores que têm contribuído para que esse objetivo seja alcançado é o avanço da indústria farmacêutica, que coloca no mercado medicamentos cada vez mais eficazes.

Durante o encontro, os médicos ressaltaram que o tratamento de uma ferida é um procedimento complexo e dinâmico, que requer avaliações pormenorizadas. Muitas vezes, as feridas podem ser geradas por acidentes graves, o que causa perda significativa de substância da pele. Também podem ser causadas por úlceras de decúbito, que surgem em pacientes que ficam muito tempo deitados. Ou ainda por deiscências, que é a abertura ou afastamento da pele em decorrência de complicações cirúrgicas e do diabetes. A evolução do quadro vai depender exclusivamente do estado físico e mental do paciente.

Para Silvia Angélica Jorge, enfermeira do Hospital das Clínicas e uma das coordenadoras do Gefe, o evento trouxe uma grande contribuição para os profissionais da área médica. “Primeiro, pela troca de informações com especialistas de variados organismos. Segundo, porque há profissionais de outras instituições estudando a possi-

Silvia Angélica, do Gefe: contribuição aos profissionais da área médica no tratamento de feridas



bilidade de formar grupos de trabalho com a mesma finalidade do nosso. E isso, para nós, é muito significativo”, diz Silvia.

Para ela, o processo multidisciplinar aplicado no tratamento das feridas deve levar em conta vários fatores de risco, como as necessidades nutricionais e as patologias da pessoa. “É preciso que o profissional que lida com um paciente com ferida saiba sobre fatores que podem ou não in-

fluenciar na evolução do problema”, explica a enfermeira.

O médico Diltor Vladimir Araújo Opromola, do Instituto Lauro de Souza Lima, em Bauru, explica que o conceito de tratamento de ferida começou a mudar há 20 anos. “Antes se fazia apenas uma terapia com gaze e esparadrapo. Hoje, a coisa mudou. Cada momento da cicatrização tem um tratamento diferente, com medicamentos e técnicas específicos. A ferida nunca

é totalmente coberta com material seco. O curativo deve ser umedecido com água ou com o líquido do próprio corpo. Os profissionais procuram fazer com que a ferida se restabeleça com novas células, que são formadas predominantemente por água”, diz o médico.

O que reforçou esse conceito foi o desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos, como filmes semi-permeáveis e polímeros, que protegem a lesão de uma forma fisiológica. “Com isso, a ferida cicatriza melhor e com mais rapidez”, esclarece Vladimir. O especialista adverte, porém, que nenhuma ferida tem a menor possibilidade de se fechar se a pessoa estiver com alguma doença descompensada, caso do diabetes. “Se o diabetes não compensa a glicose no sangue, pode-se fazer o curativo mais avançado do mundo que não vai haver cicatrização”, explica o médico. E acrescenta: “O tratamento da ferida e a compensação da doença têm que caminhar juntos, sempre. Desnutrição, alcoolismo e tabagismo são elementos que influenciam negativamente na recuperação do paciente”.

Plantas medicinais oferecem índices de cura bastante satisfatórios

O uso de plantas medicinais era a única alternativa para os doentes na antiguidade. Atualmente, os medicamentos fitoterápicos movimentam milhões de dólares no mundo todo e já começam a ser aceitos pela medicina convencional. “Isso graças aos resultados científicos que o remédio fitoterápico

tem apresentado”, diz Eloisa Pimentel, médica sanitária e homeopata. Ela adianta que em algumas patologias o tratamento com recursos naturais tem alcançado um índice de cura entre 65% e 85%. “É um ótimo resultado se considerados os padrões e as condições de vida do brasileiro”, diz.

Eloisa é médica de um Centro de Saúde Campinas. A cidade tem, segundo ela, uma lista de aproximadamente 400 pacientes que são tratados com medicamentos fitoterápicos distribuídos pela Prefeitura. O fornecimento é feito por meio de convênio com a farmácia de manipulação. São exigidos a identificação da espécie do cultivo e/ou procedência da tinctura, além de laudos de análise de qualidade. Pelo sistema atual, a prescrição desses medicamentos é feita por médicos, dentistas e enfermeiras.

O Brasil é, possivelmente, um dos países que detêm maior número de plantas medicinais. Em Campinas, por exemplo, um dos mais importantes centros de pesquisa na área é o CPQBA da Unicamp, que desenvolve variados medicamentos.

Fitoterápicos mais utilizados

Aloe vera (gel) — Creme ou gel indicado para queimaduras
Arnica montana (flores) — Creme ou gel tinctura, para contusões e dores musculares
Calendula officinalis (flores) — Creme ou gel e tinctura, para lesões de pele
Chamomila recutita (flores) — Chá anti-inflamatório e anti-espasmódica

Malva sylvestris (folhas) — Chá antisséptico
Maytenus ilicifolia (folhas) — Chá, para úlceras e gastrites
Mikania glomerata (folhas e talos) — Xarope a 10%, para tosse e broncodilatador
Passiflora alata (folhas) — Chá, para insônia e ansiedade
Phyllanthus niruri (planta) — Chá, litíase renal.

CAPRIOLI
Turismo

Av. Francisco Glicério, 1310 Centro
(convênio c/ estacionamento)

caprioliturismo@caprioliturismo.com.br

3232.7888

“CONFIE NA TRADIÇÃO E QUALIDADE”

EXCURSÕES AÉREAS

SAÍDAS DE CAMPINAS (VIRACOPOS)

PORTO SEGURO Saída: 17 / Dez - Vôo Diurno Htl Casablanca - c/ café	07 noites Apto Duplo	R\$ 548,00 à vista ou 137,00
FORTALEZA Saída: 17 / Dez - Vôo Diurno Htl Mar Azul - c/ café	07 noites Apto Duplo	R\$ 698,00 à vista ou 174,50
NATAL Saída: 17 / Dez - Vôo Diurno Htl Praia do Sol - c/ café	07 noites Apto Duplo	R\$ 688,00 à vista ou 172,00
SERRA GAUCHA Saídas: 16 e 17 / Dez - Vôo Diurno Htl Pensada Alineville c/ meia pensão	07 noites Apto Duplo	R\$ 828,00 à vista ou 207,00

EXCURSÕES RODOVIÁRIAS

FÉRIAS JANEIRO

CIDADES HISTÓRICAS Htl Categoria Turística c/ meia pensão apto. duplo	10 a 14/01	5x R\$ 76,00
CURITIBA / ILHA DO MEL / MORRETES Htl Categoria Turística c/ meia pensão apto. duplo	10 a 14/01	5x R\$ 79,60
BROTAS Htl Categoria Turística c/ meia pensão apto. duplo	12 a 14/01	4x R\$ 60,00
RIO DE JANEIRO / PETRÓPOLIS / TERESÓPOLIS Htl Categoria Turística c/ meia pensão apto. duplo	24 A 28/01	5x R\$ 125,00

PASSEIOS DE 01 DIA

WET'N WILD	SIMBA SAFARI/ ZOO
PARQUE DA MÔNICA	PARQUE DO GUGU
HOPI HARI	CITY TOUR SP
BARRA BONITA	BROTAS
PLAYCENTER	BETINHO CARREIRO

Rock in Janeiro
saídas para todos os shows

CONGRESSOS E EVENTOS

A CAPRIOLI TURISMO tem uma experiência de 12 anos realizando eventos científicos, tecnológicos e acadêmicos.
CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS:

- Locação de Salas
- Cotação de Hotéis
- Recepção no Aeroporto
- Monitores Especializados
- Passeios p/ Acompanhantes
- Locação de ônibus

Gingas do corpo brasileiro

Uma análise da malandragem no futebol, carnaval e capoeira

O utrota havia o "juiz ladrão". E hoje? Hoje, os juizes são de uma chata, monótona e alvar honestidade. Abrahão Lincoln não seria mais íntegro do que Mário Vianna. E vamos e venhamos: a virtude pode ser muito bonita, mas exala um tédio homicida e, além disso, causa as úlceras imortais. Não acredito em honestidade sem acidez, sem dieta e sem úlcera. Mas ponha-se um árbitro insubornável diante de um vigarista. E verificaremos isto: falta ao virtuoso a feérica, a irisada, a multicolorida variedade do vigarista. O profissionalismo torna inexequível o juiz ladrão. E é pena. Porque seu desaparecimento é um desfalque lírico, um desfalque dramático para os jogos modernos.

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

A malandragem presente no futebol, tão bem descrita no texto do dramaturgo Nelson Rodrigues, é um estigma que permeia duas outras importantes manifestações populares brasileiras: o carnaval e a capoeira. Mas o malandro não é o único elemento comum aos três temas, tão freqüentes nas rodas de bate-papo e nas mesas de bar. O mesmo ocorre com a religiosidade e a música. Esses e outros aspectos da cultura brasileira são abordados no livro *Futebol, Carnaval e Capoeira: Entre as gingas do corpo brasileiro*, recém-lançado pela professora Heloisa Turini Bruhns, do Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física (FEF) da Unicamp. Além de analisá-las dentro de uma perspectiva histórica, a autora utiliza as três "festas" para fazer uma reflexão consistente sobre a complexa e, não raro, contraditória realidade nacional.

A obra é o resultado de uma pesquisa feita para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), mais tarde transformada em tese de livre-docência por Heloisa. No livro, ela desvia de atalhos, como manter as três manifestações circunscritas ao ufanismo e ao folclore. "Eu tento mostrar como elas foram modificadas ao longo do tempo, salientando as pluralidades, a fim de que possamos constatar as singularidades, onde um conjunto de forças desiguais manifesta-se através de poderes muito particulares, até microscópicos, mas que nem por isso deixam de interagir com poderes mais amplos, os quais tomam-se fundamentais para compreendermos a complexidade social".

A despeito do discurso democrático, destaca a autora, o futebol, o carnaval e a capoeira não podem ser enfocados dentro da ideologia da integração nacional. "O acesso a essas manifestações populares é desigual. Temos que considerá-las no plural: futebol, carnavais e capoeiras", afirma Heloisa. Um exemplo disso é a ainda incipiente presença feminina na capoeira e no futebol, espaços considerados essencialmente masculinos.

Apesar disso, a mulher vem ampliando a sua participação em ambas as manifestações. Na capoeira, por exemplo, a presença feminina não produziu mudanças estruturais, mas está promovendo adaptações nos exercícios físicos e até na vestimenta. "Em algumas academias, as mulheres podem usar top no lugar das tradicionais camisetas brancas", esclarece a professora. Heloisa, porém, não trabalha com a dominação dos homens sobre as mulheres. "Eu exploro o complexo jogo mútuo homem/mulher, na substituição do tratamento simplista calcado na dominação unilateral masculina".

A participação de homens e mulheres no futebol tem origens diferentes. No período de introdução do esporte no Brasil, os praticantes pertenciam a uma elite influenciada pelos ingleses. Com a popularização e a profissionalização, outros grupos e classes integraram-se no esporte. Com o futebol feminino aconteceu o contrário. A presença da camada mais humilde prevaleceu no início.

As pioneiras, lembra Heloisa, foram estigmatizadas como "machonas" e "paraibas". Para serem aceitas, tiveram que desenvolver modos muito parecidos com os dos homens. Só a partir da década de 80 o futebol feminino passou a ter um novo significado, com a criação da Liga Carioca de Futebol Feminino e partidas beneficentes, que reuniram modelos e artistas. Atualmente, clubes, prefeituras e universidades,



Acima, alunas de Odontologia jogam capoeira. Ao lado, Heloisa Bruhns, da Faculdade de Educação Física: manifestações têm que ser consideradas no plural - futebol, carnavais e capoeiras



dentre outros, estimulam o esporte.

No carnaval, ao contrário das outras duas manifestações, a presença feminina sempre ocorreu. "Não existe carnaval sem a mulher. A figura da mulata é fundamental na escola de samba, na música e na dança, numa encarnação corporal da própria ginga", diz a autora.

Mosaico – De acordo com Heloisa, não é possível isolar essas manifestações populares e analisá-las num campo autônomo, pois compõem um todo com os processos da industrialização e urbanização. Alguns elementos, como a música e a religiosidade, promovem o entrecruzamento do futebol com o carnaval e a capoeira. A autora destaca que alguns jogadores chegam a atribuir seus gols a santos e a Deus. O carnaval e a capoeira têm uma ligação estreita com os cultos afro-brasileiros, casos da umbanda e do candomblé.

"Quanto à música, ela é um elemento fundamental tanto no carnaval quanto na capoeira. Além disso, muitas canções têm o futebol como tema", explica a pesquisadora. O aspecto comum a essas três manifestações que talvez chame mais a atenção é o mito da malandragem. No futebol, ser malandro é quase uma obrigação, já que o adjetivo está associado à esperteza e habilidade. No carnaval, o termo representa o indivíduo que transita entre a ordem e a desordem, sendo esta uma festa "malandra", isto é, "debochada, sem dono", afirma Heloisa.

Já na capoeira, a malandragem está intimamente ligada à ginga. "Os próprios praticantes dizem que a capoeira é um jogo de malandro, pois não se impõe por meio da força, mas sim pela capacidade de enganar o adversário", diz a autora.

Como manifestações próprias de uma sociedade repleta de contradições e preconceitos, o futebol, o carnaval e a capoeira refletem essa realidade. São, a um só tempo, focos de resistência e de reprodução de valores e concepções de vida, muitas vezes presentes nas mensagens veiculadas pela indústria cultural. "Elas compõem o nosso universo. Negam afirmando e afirmam negando preconceitos, relações de poder, discriminações. Minha preocupação foi evitar enfocá-las tomando como base as extremidades do eixo resistência-reprodução, pois se isso ocorresse, com certeza eu estaria simplificando a realidade", pondera Heloisa.

RECARREGAMOS CARTUCHOS

TONER e JATO DE TINTA

• GARANTIA TOTAL • FAZEMOS NA HORA

CARTUCHOS VAZIOS VALEM DINHEIRO...

...NÓS COMPRAMOS OS SEUS !!!

ENTREGAS À DOMICILIO ABERTO AOS SÁBADOS

CAMPINAS ☎ 3243-1252 Av. Andrade Neves, 1990 - AMERICANA ☎ 468-4908

3242-9026 / 3213-1799
Av. Moraes, Gerônimo Baggio, 264 - Taquara

LANCAMENTO

RODAS

FLY aro 15 a 18 TIGRIS aro 13 a 17 JAVA aro 15 a 17

Volantes, Manoplas e Acessórios MOMO e SHUTT

3 vezes sem juros

ou em até 12 vezes (ABN)

DISTRIBUIDOR

MANGELS IBR YOKOHAMA

• Rodas: Mangels • Vaska • IBR • Rodão • Binno • Momo Scorro • Procar • Mak • Tsw • Mille Miglia • Originais.

• Pneus novos: Goodyear • Fate • Yokohama • Cooper Hankook • Pirelli • Continental (Aro 12 A 18 Polegadas)

• Pneus Remoldados: • Profile, Eco Dakota (Aro 12" a 16")

• Conserto de Rodas, (Diamantação), Balanceamento

• Aceitamos sua roda usada a base de troca.

ARTE
ARTE

Professor palhaço

Girassol é o nome dele, que transforma a arte circense em projetos sociais

RAQUEL DO CARMO SANTOS

kel@obelix.unicamp.br

Olhos fitos e brilhantes, o menino esboça um sorriso. Não muito largo, para não atrapalhar a concentração. Eis que surge no picadeiro o apresentador da noite e as célebres palavras são pronunciadas: "Respeitável público...". E o espetáculo começa. Estupefato, o garoto aprecia cada cena que transcorre diante de seus olhos. Antes, como em todo espetáculo, tinha levado uma moringa de água doce para assegurar a amizade dos artistas e, assim, adentrar sob a imensa lona colorida. O esforço sempre valia a pena.

Por muitos anos esse episódio havia se repetido na vida do palhaço Girassol, até que realizasse seu desejo de virar artista de circo. Ao lado de sua casa, em Fortaleza, um extenso gramado formava o local apropriado para as várias companhias de teatro do Nordeste acamparem. Quarto de uma lista de 13 irmãos, Luiz Rodrigues Monteiro Júnior, há mais de 10 anos professor do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes da Unicamp, não esconde que obteve no circo a afirmação de vários de seus valores humanos. "Lá aprendi cedo que ser útil à sociedade é fundamental", comenta.

Sua mãe, cantora de rádio e também de picadeiro, foi a maior incentivadora para a carreira de palhaço. "De todos os irmãos, o único que possuía este desejo era eu". Esta arte tradicionalmente transmitida de pai para filho, atualmente Monteiro repassa por meio de vários trabalhos acadêmicos e sociais.

O palhaço Girassol criou o Espacirco, onde ensina técnicas circenses para estudantes de vários cursos da Unicamp. E orgulha-se por ver que suas aulas oferecem bem mais que técnica e refinamento artístico. "É gratificante resgatar valores humanos e de auto-estima". Ele explica que, ao realizar performances como malabarismo, engolir fogo ou mesmo andar equilibrado em fio meio bambu, a



Fucha, que esconde o verdadeiro nome: sonho de ser atriz



Alunos na oficina de circo do Evolução: só palhaçadas

pessoa transpõe limites inimagináveis. "Com isso, ela acaba se auto-afirmando", observa Monteiro.

Em sua lembrança, não faltam casos de alunos que chegaram ao Espacirco com pensamentos de auto-destruição. No processo de aprendizado, esse indivíduo se sente realizado ao se ver capaz, por exemplo, de executar malabarismos ou de fazer uma criança rir. Isso exige em harmonia no corpo e mente. "É impossível andar sobre o fio com o pensamento voltado para problemas familiares ou profissionais", ensina Girassol.

Grito de liberdade – O professor acrescenta que



O professor Girassol, de cara limpa: servindo à sociedade

muitos alunos do circo possuem um histórico complicado. Quando um deles consegue engolir fogo, superando as barreiras do aprendizado, é seu grito de liberdade. Essa pessoa resgata diversos valores esquecidos ou não compreendidos dentro dela.

No circo são solidificadas as relações humanas, afirma Monteiro. Ali prevalece a filosofia do estímulo à vida, dentro de uma forte estrutura familiar – embora diferente daquela de um lar tradicional –, o que oferece elementos significativos para o entendimento de si mesmo. "Em lares tradicionais não se encontra criança com a consciência de cidadania antes dos 7 ou 8 anos de idade. No circo, esse aspecto é forte desde o nascimento".

Desde cedo no picadeiro

Fucha, Trampolho, Barnabé e outros palhaços iniciaram-se cedo na arte do circo. Com idades entre 9 e 10 anos, são alguns dos 16 integrantes da oficina de circo do Centro Cultural Evolução. É um trabalho social gratuito que o palhaço Girassol realiza por prazer. "Muitas dessas crianças me fazem lembrar da minha própria história". De classe média ou baixa, os pequenos alunos misturam-se às cores do picadeiro, onde também não há lugar para diferenças étnicas. Ali, a grande diversão é fazer palhaçadas.

Fucha é quem dá nomes a todos os outros. O seu nome verdadeiro, não diz. Confessa apenas que tem como maior sonho tornar-se atriz. Outro palhaço, Alessandro Prazeres Machado, de 9 anos, quando perguntam sobre o que gostaria de ser quando crescer, também responde sem vacilar: apresentador de circo. Morador do Jardim Carlos Lourenço, ele ficou sabendo da oficina por meio de uma vizinha e teve que insistir muito para conseguir o con-

sentimento da mãe. "Quando chego aqui, tenho a impressão de estar em um circo". Colocar o nariz vermelho e pintar o rosto com cores fortes é um ritual de transformação, que transporta esse menino de sua realidade para um outro mundo, o mundo da fantasia.

Trambolho, ou Samuel Henrique Bispo dos Santos Linares, de 9 anos, começou as aulas ainda mal impressionado. Não conseguia esquecer o episódio ocorrido em abril deste ano na região metropolitana de Recife, quando dois leões atacaram e mataram uma criança de seis anos. Mas as atividades tornaram-se tão alegres e envolventes que o garoto já não guarda temores. O desejo satisfeito de fazer acrobacias, malabarismo e palhaçadas superou todas as barreiras, inclusive a de sair sozinho da vizinha Hortolândia para frequentar as aulas no centro de Campinas.

Henrique Semeghini conseguiu furar as regras e participar das aulas para crianças, ape-

sar dos 23 anos de idade. Estudante de teatro, quer se especializar nesta área. "Todos os elementos que estou aprendendo servirão para melhorar minha performance como ator", garante. Henrique lembra que antes do início das aulas estava em uma turnê, representando um drama extremamente pesado. "Agora estou aqui fazendo palhaçadas. Este tipo de exercício é fundamental para o ator", comenta.

Além das oficinas no Evolução, Monteiro, o Girassol, mantém contato com agências de publicidade que promovem eventos circenses e acaba indicando os próprios alunos para trabalhos temporários. Encontra tempo para dar cursos a adolescentes do Externato São João e que integram o projeto Ilê Axé, coordenado pela pós-graduanda Lara Machado, do IA. Faz apresentações em creches da Unicamp e também ensina pessoas que querem levar a arte do circo para a periferia.

Para anunciar no
Jornal da Unicamp

PUBLICIDADE E PROPAGANDA
UCPR
jcpr_publicidade@bol.com.br

ligue: **Fone/Fax: 3239-0962 / CeL. 9705-1916**

CVV
Ouvimos você com o coração!
Campinas Fone: 272-7777

sebo brechó
Valise Jde cronópio
móveis decoração

LIVROS - CDs
GIBIS E REVISTAS
ROUPAS SEMI-NOVAS E ACESSÓRIOS
MÓVEIS E TAPETES ARTESANAIS

289-0028

Av. Albino J. B. Oliveira 1351 (próximo ao Banespa)
R. Maria Luiza B. Pattaro 132 (entrada opcional)
Barão Geraldo - Campinas SP valise@ig.com.br

Livraria e Papelaria
Angepel

Livros Didáticos
 Material Escolar e Escritório
 Impressos Fiscais
 Xerox e Encadernação

Rua Horácio Leonardi, 12 - B. Geraldo Campinas
(019) 289-6304 289-6303

LIVRARIA E PAPELARIA TOLEDO
na Faculdade de Educação Unicamp - Fone: 788-5560

LIVRO

A história dos infames

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

A figura de um cavaleiro de capa preta, recolhendo esmola numa caneca colocada na ponta de um bastão, marcou a infância de Italo Tronca. Não raro as incursões do menino pelas ruas de terra da Moóca dos anos 40 eram interrompidas pelos gritos de alerta da mãe ou de vizinhos: o espectro da lepra rondava os portões. Tronca desconfia, para ficar no campo da suposição, que foi a força imagética do personagem que o moveu, cinco décadas depois, a escrever o livro *As Máscaras do Medo - Lepra e Aids* (Editora da Unicamp), finalista do Prêmio Jabuti.

Da infância paulistana ao primeiro contato com as vítimas da doença, passaram-se quatro décadas. No final dos anos 80, Tronca, já na condição de professor do Departamento de História da Unicamp, produziu dois vídeos nos asilos-colônias de Pirapitingui (região de Sorocaba) e de Paricatuba (Amazonas). Irrumpia, na empreitada, o embrião do livro. O desfile de personagens classificados de *infames* por Tronca – “sem voz, sem fama, na maioria anônimos”, uma noção inspirada em Michel Foucault, não só abria uma das frentes de sua pesquisa, como também colocava a nu a força do preconceito milenar que jogou milhares de pessoas na vala do isolamento e do desterro, em pleno mundo civilizado, o mesmo que recebeu perplexo o advento da Aids, logo batizada de nova peste.

Tronca buscou uma forma peculiar de abordar a ligação entre o científico e o filosófico: recorreu à força da alegoria que, segundo ele,

não é uma figura de linguagem, mas parte estruturante de uma visão de mundo. Baseado nesse princípio teórico, o autor buscou traçar uma história da doença que não se confunde com a história da Medicina. O professor abriu mão da narrativa acadêmica convencional – linear e dirigida a iniciados –, para mergulhar na ironia sutil, entremeada com referências filosóficas, antropológicas e literárias, e imagens recolhidas em compêndios médicos, livros de arte e até guias turísticos. O resultado final é um surpreendente mosaico historiográfico a ser lido de enfiada, recheado com o rigor da pesquisa e com as múltiplas leituras oferecidas pela arte. Não é à toa que o autor avisa na apresentação da obra: “Este livro pertence a um gênero bastardo, filho de uma união profana entre história e poesia”. Sua cria, filha direta do tripé raça, sexualidade e geografia, foi profícuca. O professor esgarça os sentidos ocultos no medo ancestral, jogando luz no campo pantanoso do preconceito.

ÉPICO- O primeiro dos textos usados por Tronca é o épico *Hawai*, do escritor norte-americano James Michener, mais conhecido por encabeçar listas de best-sellers na década de 50 do que propriamente por suas virtudes literárias. Ambientada no século passado na ilha-ossário de Molokai, isolada pelo mar e por montanhas, onde eram despejados e confinados leprosos chineses e havaianos, a obra é emblemática à medida que leva a alegoria às últimas. Michener carrega na tinta ao menor vacilo. Manipula as emoções do leitor por meio de recursos estilísticos, cujo clímax são o sublime e as imagens grotescas e mórbidas – na descrição dos doentes, por exemplo. As teorias racistas da época, sobretudo a sinofobia, o chamado “perigo amarelo” que tomou conta dos Estados Unidos no século passado, estão presentes em toda a narrativa, da *mis-escène* à suposta superioridade da medicina ocidental, personificada na figura dos colonizadores, um pouco antes de o Havaí ser anexado, em 1900, pelos norte-americanos.

“Doenças chinesas não eram percebidas na América no sentido comum; surgiam representadas como mais letais e, acima de tudo, incuráveis. Eram qualificadas como ‘inomináveis’, ‘epidêmicas’ e ‘pestilentas’”, observa Tronca em seu livro. Na verdade, segundo o autor, as imagens apocalípticas sobre os chineses contidas nos discursos oficiais, peças de convicções racistas, abriram ca-

minho para a regulamentação da imigração futura. Nesse vale-tudo da exclusão, os médicos ocupavam papel de destaque no imaginário da paranóia coletiva. Um exemplo foi o alerta feito em

1876 pelo presidente da Associação Médica Americana, J. Marion Sims, no qual advertia que, espalhada pelos escravos chineses, a sífilis havia atingido escala epidêmica.

Não foi coincidência, portanto, o fato de Michener colocar lenha na fogueira ao resuscitar, quase um século depois, a velha alegoria cristã que colocava, lado a lado, a lepra e a luxúria, tradição que remonta aos tempos bíblicos. Muito menos foi casual a discursão de médicos e políticos, na qual os chineses apareciam, sem nenhuma comprovação científica, como depositários de “doenças hereditárias”, entre eles a escrófula, um dos nomes dados à lepra. A “degenerescência” era uma ameaça à aspepsia da nação que começava a ganhar ares de potência.

Tronca esmiuça essas relações e tudo que existe de sublimar por trás delas, recurso também utilizado pelo autor ao comentar o conto *Koolau*, de Jack London, que fez um libelo carregado na alegoria, denunciando os horrores a que eram submetidos os doentes do leprosário de Molokai, mesmo cenário usado na narrativa de Michener. Escritor socialista, London reforça o estigma que marca os leprosos ao empregar o pitoresco como efeito temático.

GROTÕES - Tronca insere no livro textos de dois autores brasileiros: Bernardo Élis e Valdomiro Silveira. Do primeiro são extraídos trechos do conto *a Morfética*, no qual o escritor narra, em primeira pessoa, um episódio ocorrido durante viagem de caminhão no interior de Goiás. “Élis introduz o pitoresco para intrigar, despertar a curiosidade. Como London, também utiliza os elementos estéticos da alegoria – o pitoresco e o sublime – para condenar o estigma que pesa sobre a



Ilustração de capa do livro de Alan Kraut, que denunciou a sinofobia, associa o espectro da morte à chegada dos imigrantes chineses aos EUA, na segunda metade do século XIX: doutrina racista

O professor Italo Tronca, finalista do Prêmio Jabuti: livro *As Máscaras do Medo - Lepra e Aids* desnuda, de forma densa, os preconceitos contra os doentes



Estética do Medo: do Sublime...

“Impressionante foco epidêmico de lepra no Oeste de Minas”, diz a legenda do médico que descreve uma família de doentes em 1943, numeradas de 1 a 13. Imagens e textos compõem linguagens alegóricas que recorrem a um estilo sublime – paralisante dos sentidos – pelo sentimento de medo que veiculam, até mesmo no meio científico. De forma subliminar, essa estética do terror justifica e implementa políticas de saúde pública, vigentes até os anos 60 no Brasil, que seqüestravam contagiados e submetiam-nos, muitas vezes, a disciplinas que reativam a memória de Molokai, no Havaí do século XIX. O arco alegórico como que dissolve o tempo e os lugares da história, unindo-os numa concepção circular, marcada por um eterno retorno. (Italo Tronca)



LIVRO
LIVRO

lepra e o leproso”, diagnostica Tronca, para, em seguida localizar a diferença. “Contrariamente a London, que transforma Koolau numa espécie de super-homem nietzchiano, Élis desumaniza o doente, conferindo-lhes traços vampírescos, como se o leproso necessitasse ferir, atacar os sãos, para vingar do mal que o acometera ou mesmo para curar-se. Ambas as versões pertencem a uma longa tradição oral, cujos primeiros registros surgiram na Idade Média”. As diferenças, contudo, desaparecem no resultado final, com o significado alegórico que os escritores deixam transparecer, em pleno século 20, em suas obras. “Seja como super-homem habitando ilhas inexpugnáveis, seja como criatura diabolizada refugiada em ranchos de estradas desertas, o leproso e sua doença estão encapsulados em lugares seguros, distantes de nós, do mundo dos sãos, e, ao mesmo tempo, próximos, graças ao acaso de um ‘acidente’ de percurso”.

As análises feitas por Tronca não são aleatórias. A arte é usada deliberadamente pelo autor, que vê nela um lenitivo e um eficaz mecanismo de controle para o medo da morte. “A arte proporciona este sentimento de incolumidade, de controle sobre o mal, pela sua capacidade de criar uma prótese indispensável à sustentação de nossas fantasias, ansiosas pelo domínio, impossível, sobre o fluxo do mundo sensível”, observa. Esta certeza fez o autor buscar em Valdomiro Silveira, escritor regionalista brasileiro do início do século, a visão simbólica na qual a lepra fincava um pé na magia que reveste a doença com mistério e terror—de resto, segundo Tronca, pensamento anterior ao nascimento de Cristo. Em *Camunhengue*, palavra dieletal de Minas e Goiás para designar o leproso, Silveira usa a figura de um curandeiro como protagonista do enredo ambientado nos sertões, onde populações sobrevivendo à mingua eram alvo de campanhas governamentais duvidosas contra a lepra, que se estenderam por 40 anos (1920-1960) no Brasil.

Isso explica, em parte, a manutenção da moléstia no centro do terror plantado no imaginário popular. Tronca mergulhou em documentos para concluir que a doença era manipulada pelos governantes para desviar a atenção de problemas mais graves. Se nos Estados Unidos o inimigo vinha de fora, no Brasil da primeira metade do século 20 o holofote se dirigia para os marginalizados dos grotões, por onde circulavam, por ramais secundários, trens abarrotados de pessoas e famílias supostamente infectadas. O destino? Asilos-



Aids Como Arma Política

A caricatura publicada na União Soviética pelo Pravda, em 1986, mostra um general americano comprando um tubo de laboratório contendo o vírus HIV flutuando como suásticas nazistas, simbolizando o poder da Aids. Abaixo, aparecem os pés das vítimas da doença, que se teria voltado contra seus próprios criadores - os especialistas em guerra bacteriológica em conjunto com cientistas do Centro de Controle de Doença, nos EUA. (Italo Tronca)

colônias, 35 ao todo, de onde a maioria dos doentes nunca mais saía. Na época, a lepra estava longe de ser o problema mais grave de saúde pública. A tuberculose, por exemplo, matava 20 mais nas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nada mais cômodo para elite dirigente — formada também por médicos —, que a doença funcionasse como escape de problemas mais graves, entre eles as péssimas condições de vida e de trabalho nos grandes centros urbanos. “A lepra e suas vítimas prestavam-se sobretudo a uma função politicamente metafórica, manipulada para desviar a atenção das carências sociais e da responsabilidade das elites”, escreve Tronca numa legenda encimada pela foto de um vagão de trem de moléstias contagiosas. Um trem que não tinha bilhete de volta. Hoje, apesar de a lepra ter sido erradicada em todos os países industrializados, o Brasil figura em segundo lugar no ranking mundial da enfermidade, só superado pela Índia em número de casos.

A NOVA ESTRELA MÁ - A Aids toma os dois últimos capítulos do livro. Tronca seguiu os passos da doença, trabalho iniciado em 1994 nos Estados Unidos, onde morou durante um ano e meio. A abundância do material disponível levou o autor a não só historiar o advento da doença, como também a ilustrar a parte final do livro com exemplos gritantes da ignorância dos meios científicos, da mídia e de dirigentes políticos no trato com a nova peste que se estabelecia. Boa parte desses exemplos foi pinçada no clássico do jornalismo investigativo produzido por Randy Shilts, repórter do *San Francisco Chronicle*. Foi ele o primeiro jornalista a desconfiar que a doença daria naquilo que deu. Foi ele, também, o primeiro a revelar os inúmeros tiros n’água disparados por epidemiologistas do Centro de Controle de Doenças (CCD), de Atlanta, a começar pela crucificação dos homossexuais e dos haitianos, alvos preferenciais a figurar no índice do preconceito, que mais tarde seria engrossado por mais dois Hs— hemofílicos e heroínômanos.

Tronca, mais uma vez, recorre à desconstrução dos discursos — sejam científicos ou literários — para chegar aos componentes alegóricos da doença. O professor desmonta teses e revela as similaridades simbólicas entre a lepra e a aids, entre elas o confinamento geográfico, o racismo, a satanização da sexualidade e

do desejo, a intolerância da Igreja, o medo do desconhecido e a impotência da ciência. São múltiplos efeitos da idéia de doença que vazam para todas as dimensões da não se esgota — ou seja, a questão da enfermidade não se esgota nos limites estreitos da doença ou das políticas públicas de saúde, mas alcança as entranhas da sociedade.

O autor, porém, não teve a pretensão de cancelar uma verdade final. “Procuro deixar as questões em aberto. É uma história que não se encerrou e não vai se encerrar nunca. É uma aventura permanente, é uma aventura da desrazão, é uma aventura da quebra de parâmetros oficiais, que, em seu dramático percurso através da história, revela as irremediáveis insuficiências da nossa cultura”. Uma aventura que, no caso de Tronca, pode ter começado numa rua de terra da Moóca.



Entrevista Com O Vampiro

A epidemia da Aids foi também o momento de descobertas de dimensões até então inconscientes ou acobertadas da sexualidade. A complexidade da cultura gay, por exemplo, trouxe à tona a ignorância da maioria dos epidemiologistas dos EUA sobre a diversidade e os traços exóticos do desejo, transfigurados em linguagens alegóricas, freqüentemente eivadas de preconceito e medo. Durante os anos iniciais da síndrome, personalidades como a do fotógrafo Robert Mapplethorpe, que representava a si mesmo como uma criatura da noite, “um demônio sexual” sem nenhum controle sobre o seu apetite voraz, acabaram convertidas, num movimento geral de investigação científica, em hipótese de delirante de investigação do Centro de Controle de Doenças, em sua angustiante busca de “culpados”. Os freqüentadores das saunas da Castro Street e dos bares leather de Nova York, com suas práticas bizarras, ajustaram-se sob medida à prefiguração dos técnicos de Atlanta, que os elegeram espécimes típicos do comportamento homoerótico. (Italo Tronca)



...Ao Pitoresco

“Poucos acreditarão tratar-se de leprosas”, congratula-se o doutor Souza-Araujo na legenda do diapositivo que exibiu na Inglaterra, na London School of Tropical Medicine and Hygiene, em 1938. As internas do sanatório Padre Bento, em São Paulo, paramentadas de Ziegfeld Girls, oferecem um espetáculo aos visitantes, em 1937. O estilo pitoresco - agradável aos sentidos - estabelece um contraste com a pobreza e os sinais de mutilação presentes na imagem sobre a lepra. Esse movimento pendular entre o pitoresco e o sublime tece as alegorias da doença numa linguagem delirante comum à arte e à ciência. (Italo Tronca)

MERCADO
MERCADO

Uma feira de talentos

Grandes empresas recrutam seus futuros profissionais na fonte

ANTONIO ROBERTO FAVA
fava@obelix.unicamp.br

No dia 9 de novembro, aproximadamente 7.500 jovens, incluindo mais de 3 mil estudantes de todas as áreas da Unicamp, aglomeraram-se no Ginásio Multidisciplinar atrás de fichas de inscrição para estágios, trainee e trabalhos remunerados em grandes empresas. Eles participaram do Talento Unicamp 2000, evento organizado por nove empresas juniores da Universidade e que atraiu profissionais de recursos humanos de Banespa, Itaú, UOL, IBM, Grupo Americanas, Tess, Motorola, 3M e Procter & Gamble, para mencionar apenas algumas das 33 empresas de grande porte que vieram buscar graduandos e pós-graduandos que possam compor seus quadros.

“É uma ótima oportunidade para que os universitários ingressem no mercado de trabalho ou conheçam melhor o que vão encontrar no futuro”, explicava Fernando Xavier, da empresa júnior Conpec e aluno do 3º ano de computação. Foram realizadas palestras onde os profissionais informavam os alunos sobre processo seletivo, cadastramento de currículos, planos de carreira, infra-estrutura das empresas, produtos que colocam no mercado e o perfil que querem como funcionários.

De acordo com Xavier, há empresas que contratam de imediato o estudante, para só depois treiná-los e moldá-los às suas exigências. Ele acrescentou que pela primeira vez se reuniu um número tão grande de empresas em um encontro visando recrutar talentos, o que comprova o peso do nome da Unicamp. “O aluno acaba desfrutando desse prestígio e precisa fazer jus a isso”, disse Xavier.

Muitas empresas já não levam em conta apenas o conhecimento técnico. Passaram a dar preferência a quem possua visão de mercado, saiba trabalhar em equipe e mostre habilidade para administrar tarefas. “É esta preparação adicional que a empresa júnior procura oferecer ao estudante”, afirmou Xavier.

Um exemplo – Quando estudante de engenharia de computação na Unicamp, Alex Otsuki também foi diretor da Conpec. Formado em 1997, hoje ele é supervisor de sistemas da Procter & Gamble, empresa que atua no segmento de bens de consumo, comercializando mais de 300 marcas em 140 países. Ele informa que eventos como o Talento 2000 são comuns nos Estados Unidos e Europa, endossando que as empresas procuram por funcionários cada vez mais capacitados. “O universitário, já no terceiro ano, deve pensar na área que pretende atuar, buscando estágios e informações sobre as exigências no ramo”, aconselha Alex



Talento 2000: feira atrai 33 grandes empresas à Unicamp

COLÉGIO OBJETIVO BARÃO GERALDO

25%

de desconto em 2001

PERÍODO VESPERTINO

para Educação Infantil,

Ensino Fundamental,

Ensino Médio

MATRÍCULAS ABERTAS



Informações



(19) 3289 5822 / 3289 5517

Rua João Pedroso, 265
Barão Geraldo - Campinas - SP



OBJETIVO
EDUCAÇÃO DE QUALIDADE